

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Governo de Angola e os Jovens: Uma Análise Crítica das Políticas Públicas para a Juventude entre 2018 e 2022

Ana Jorge Gonçalves Cordeiro

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:
Doutor Luís Francisco Carvalho,
Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

O Governo de Angola e os Jovens: Uma Análise Crítica das Políticas
Públicas para a Juventude entre 2018 e 2022

Ana Jorge Gonçalves Cordeiro

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Luís Francisco Carvalho,
Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

“a minha vida é o esforço de mostrar a uns e a outros que há sempre lugar para o talvez”

- Pepetela

Agradecimento

Aos meus pais, Jorge e Carla, pela confiança que sempre depositaram em mim ao longo destes anos e por acreditarem que sou capaz de alcançar todos os meus sonhos. Sem esse apoio incondicional nunca teria conseguido chegar aqui.

À minha irmã, Bárbara, que me faz todos os dias trabalhar para ser uma pessoa melhor, de quem ela possa ter orgulho.

Ao Igor, que esteve sempre disponível para me ouvir falar da tese, estando perto ou longe, e cujos conselhos tornaram este processo muito mais fácil.

Aos meus amigos, às de sempre, e aos que têm aparecido nos últimos anos para me apoiar e motivar.

À Érica, pela companhia e amizade ao longo dos últimos dois anos e pelas tardes passadas na biblioteca.

Aos meus colegas, com quem tenho muito orgulho de partilhar esta experiência.

À minha família, pelo apoio e carinho.

Ao meu orientador, Luís Francisco, pelo acompanhamento nos últimos meses, pelo suporte e por acreditar nesta pesquisa.

Resumo

Com mais de metade da população de Angola abaixo dos trinta anos, a juventude representa um demográfico crítico para o desenvolvimento nacional. No entanto, este grupo enfrenta desafios significativos como altas taxas de desemprego, escassas oportunidades de formação, dificuldade em aceder a educação de qualidade e marginalização social. A presente dissertação examina assim o papel das políticas públicas implementadas em Angola entre 2018 e 2022 na resposta aos desafios socioeconómicos e políticos da juventude angolana. A pesquisa foca-se na análise das duas principais iniciativas governamentais para os jovens – o Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude, inserido no Plano de Desenvolvimento Nacional, e o Plano Nacional da Juventude – para avaliar o seu alinhamento com as prioridades nacionais e internacionais de desenvolvimento, incluindo a Agenda 2030 das Nações Unidas e a Agenda 2063 da União Africana. Como critérios de avaliação o estudo emprega a relevância das políticas, a clareza dos objetivos e das metas, a estrutura de implementação, a participação, a equidade e a existência e qualidade dos sistemas de monitorização e avaliação. As conclusões sugerem que, embora tenham sido feitos esforços para a capacitação e desenvolvimento dos jovens, prevalecem lacunas significativas em termo de relevância, implementação e resultados mensuráveis. A dissertação conclui oferecendo recomendações de boas práticas para melhorar o impacto das políticas centradas na juventude e promover o desenvolvimento em Angola.

Palavras-chave: Juventude; Política Pública; Angola; Desenvolvimento.

Abstract

With over half of Angola's population under the age of thirty, youth represents a critical demographic for national development. However, this group faces significant challenges such as high unemployment rates, scarce training opportunities, difficulty in accessing quality education and social marginalization. This dissertation therefore examines the role of public policies implemented in Angola between 2018 and 2022 in addressing the socio-economic and political challenges facing Angolan youth. The research focuses on the analysis of the two main government initiatives for young people - the Integral Youth Development Program, included in the National Development Plan, and the National Youth Plan - to assess their alignment with both national and international development priorities, including the United Nations Agenda 2030 and the African Union's Agenda 2063. As criteria, the study uses the relevance of policies, the clarity of objectives and targets, the implementation structure, participation, equity and the existence and quality of monitoring and evaluation systems. The findings suggest that although efforts have been made to empower and develop young people, significant gaps prevail in terms of relevance, implementation and measurable results. The dissertation concludes by offering recommendations for good practices to improve the impact of youth-centered policies and promote development in Angola.

Key-words: Youth; Public Policy; Angola; Development.

ÍNDICE

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice	ix
Índice de Quadros	xi
Glossário de Siglas	xii
I. INTRODUÇÃO	1
II. JUVENTUDE, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2.1. Conceito de Juventude	5
2.2. Políticas Públicas: Conceito, Formulação e Implementação	7
2.3. Políticas Públicas para a Juventude	10
2.4. Juventude e Desenvolvimento	12
III. ANGOLA – CONTEXTOS	15
3.1. Contexto Histórico	15
3.2. Contexto Económico (pós-guerra civil até 2018)	20
3.3. Contexto Social e Demográfico (2018)	25
IV. AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM ANGOLA	29
4.1. A Juventude Angolana	29
4.2. Instituições Governamentais para a Juventude	33
4.3. Critérios de avaliação	35
4.4. Programa de ação 1.1.5: Desenvolvimento Integral da Juventude	37
4.4.1. Análise do Programa Desenvolvimento Integral da Juventude	43
4.5. Política Nacional da Juventude	49
4.5.1. Análise da Política Nacional da Juventude	55
V. DISCUSSÕES E RECOMENDAÇÕES	59
5.1. Reflexões sobre as Políticas Analisadas	59
5.2. Recomendações para a Formulação e Implementação de Políticas Futuras	61

VI. CONCLUSÃO	65
Referências Bibliográficas	69

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Objetivos e Estrutura do PND 2018-2022	38
Quadro 2. Objetivos e Metas do Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude	40
Quadro 3. Quadro Macroeconómico	42
Quadro 4. Direitos e deveres dos jovens	51
Quadro 5. Obrigações Sociais, Políticas e Económicas do Estado	51
Quadro 6. Eixos Prioritários e Objetivos	52

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

BNA	Banco Nacional de Angola
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
EDA	Estatuto do Dirigente Associativo
ELP	Estratégia de Longo Prazo
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
IAJ	Instituto Angolano da Juventude
IDREA	Inquérito de Despesas e Receitas e Emprego em Angola
INE	Instituto Nacional da Estatística
JES	José Eduardo dos Santos
M&A	Monitoria e Avaliação
MEP	Ministério de Economia e Planeamento
MINJUD	Ministério da Juventude e Desportos
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
PDIJ	Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PEM	Programa de Estabilização Macroeconómica
PIB	Produto Interno Bruto
PNJ	Plano Nacional da Juventude
UA	União Africana
UNITA	União para a Independência Total de Angola
URSS	União Soviética

I. INTRODUÇÃO

A importância da juventude para o desenvolvimento de um país é cada vez mais amplamente reconhecida, especialmente em contextos onde a maioria da população é jovem, como é o caso de Angola. Os jovens podem ser um motor de progresso e de estabilidade a longo prazo, detendo grande capacidade de mudança nas suas comunidades. No entanto, este grupo é também extremamente vulnerável, o que faz com que seja necessário atender às suas necessidades de modo que estes tenham acesso às condições e oportunidades para o seu sucesso. Visto que Angola tem vindo a enfrentar desafios estruturais significativos, que afetam diretamente a vida da sua juventude, nomeadamente altas taxas de desemprego, dificuldade em obter educação de qualidade e baixo acesso a habitação digna e serviços de saúde, torna-se essencial criar mecanismos de resposta eficientes.

Estes desafios têm repercussão direta no desenvolvimento socioeconómico do país. A marginalização da juventude pode resultar no aumento da instabilidade e insegurança, na criação de ciclos de pobreza geracional e em tensões políticas e sociais. Vem daí a necessidade de implementar políticas públicas inclusivas que abordem de forma clara e ampla os desafios da juventude angolana, fundamental para garantir o desenvolvimento do país. Políticas essas que devem envolver a criação de estratégias integradas que respondam à raiz do problema, promovendo o empreendedorismo, a participação cívica, a capacitação e a inclusão dos jovens, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável.

Como jovem angolana, o meu interesse nesta temática vem de experiências pessoais, onde pude observar a realidade de muitos jovens sem oportunidades, e do meu compromisso com a transformação social em Angola. Ao longo do meu percurso académico tive também a oportunidade de aprender sobre o potencial dos jovens para o desenvolvimento, o que me levou a questionar se o Estado angolano tem investido de forma sustentada e eficaz neste grupo. Este interesse levou-me a refletir sobre soluções que possam ajudar a juventude a superar as dificuldades enfrentadas e a contribuir de forma ativa para o desenvolvimento nacional.

A presente dissertação visa assim analisar duas das principais políticas públicas para a juventude do Governo angolano aplicadas no período entre 2018 e 2022: o programa de ação 1.1.5 sobre o Desenvolvimento Integral da Juventude (PDIJ), inserido no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, e a Política Nacional da Juventude (PNJ). Para esse efeito tem-se como objetivo: (i) analisar se as políticas foram desenvolvidas considerando

as perspetivas e necessidades reais dos jovens angolanos; (ii) identificar e analisar os desafios e obstáculos enfrentados na implementação das políticas para a juventude e as suas causas; e (iii) com base nas informações obtidas, tecer recomendações para a criação de futuras políticas mais eficientes.

Tem como pergunta de partida: “De que forma as políticas públicas para a juventude implementadas em Angola entre 2018 e 2022 procuraram responder aos desafios da juventude e contribuir para o seu desenvolvimento socioeconómico e político?”. Dado a natureza da investigação, baseio-me na leitura de artigos, leis e de teorias políticas, económicas e do desenvolvimento. Através da revisão de literatura irei examinar a correspondência entre as prioridades dos jovens e as temáticas das políticas em análise, estudar os principais desafios encontrados durante a implementação das políticas e finalmente refletir sobre o modo que pode ser melhorada a abordagem governamental para o aperfeiçoamento da Política Pública para a juventude.

Posto isto, fica explicita a relevância central da presente temática para o Estudo dos Desenvolvimento. O capital humano jovem é fundamental para o crescimento económico de qualquer nação, essencial para a construção de um tecido social coeso e para o fortalecimento das instituições democráticas. Estudar as condições da juventude permite também refletir sobre desigualdade, marginalização e exclusão social e sobre a forma que desafios estruturais, como o desemprego, afetam diretamente a sustentabilidade do desenvolvimento. Adicionalmente, as agendas internacionais de desenvolvimento, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Agenda 2063 da União Africana (UA), destacam a importância de capacitar os jovens como agentes de mudança.

A dissertação está dividida em 5 capítulos. O primeiro engloba o Estado da Arte, com a análise do conceito de Juventude, de políticas públicas (nomeadamente metodologias sobre a sua formulação e implementação), políticas públicas para a juventude e uma reflexão sobre a relação entre Juventude e Desenvolvimento. O segundo capítulo evidencia o contexto, histórico, económico, social e demográfico de Angola. O terceiro capítulo, por sua vez, inicia-se com uma caracterização dos jovens angolanos e de seguida aborda as políticas públicas para a juventude no país, focando nas instituições nacionais governamentais para a juventude, os critérios de avaliação das políticas escolhidas e, finalmente, na análise das políticas anunciadas acima. O quarto capítulo busca tecer reflexões sobre as políticas analisadas tal como sugestões e recomendações para a formulação e implementação de políticas futuras, com base em políticas

aplicadas no continente africano. No quinto e último capítulo são evidenciadas as conclusões retiradas ao longo da dissertação.

II. JUVENTUDE, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. Conceito de Juventude

O discurso acadêmico sobre a juventude centra-se na sua pluralidade conceptual. Ao longo do tempo este conceito tem evoluído e desde a década de 60 que a sua natureza heterogênea é reconhecida (Maia, 2010, p. 47). Além disso, devido à relevância da temática, vários teóricos procuram encontrar a melhor definição para Juventude, criando uma multiplicidade de visões (De Oliveira, 2018, p. 2).

A sociologia da juventude olha para a conceptualização deste conceito segundo duas grandes tendências (De Oliveira, 2018, p. 3). A primeira, a “corrente geracional”, parte da ideia de que a juventude é um conjunto social formado por indivíduos pertencentes a uma fase da vida específica (Pais, 1990, p. 152). Assume-se desse modo que existe uma “cultura juvenil” partilhada, onde os jovens apresentam um sentimento comum de pertença e existe uma continuidade entre gerações (Pais, 1990, p. 156).

A segunda é a “corrente classista”, que defende que a juventude é um conjunto social diversificado, variando em função da classe, situação económica, interesses, poder, entre outros fatores (Pais, 1990, p. 157). Assim, as “culturas juvenis” são vistas como produto de relações antagónicas de classe, não sendo partilhada de forma homogênea entre todos os jovens (Pais, 1990, p. 158).

Partindo disto, Pais (1990, p. 140) questiona a ideia de que é possível conceptualizar uma “cultura juvenil unitária” de todo, uma vez que apesar da relevância em se explorarem as similaridades entre os jovens e grupos sociais é essencial olhar para as diferenças sociais que existem entre estes. Segundo o autor, olhar para a juventude pela sua diversidade permite reconhecer que o acesso à vida adulta, e o fim da juventude, são flexíveis (Pais, 1990, p. 150).

Torna-se assim claro que a juventude não se cinge à definição fisiológica ou psicológica, mas que esta é na realidade uma construção sociocultural particular. É uma categoria social e não apenas uma mera faixa etária delimitada pela idade (Bucholtz, 2002, p. 526). Podemos assim entender como juventude o período de transição entre a infância, e a dependência a esta associada, e a independência da vida adulta. Por esse motivo, torna-se difícil criar uma faixa etária universal, pois esta depende de múltiplos fatores, nomeadamente a forma como a juventude é percebida por dada sociedade (Bucholtz, 2002, p. 526).

Não existe deste modo uma definição internacional de juventude, nem das idades que esta traduz (United Nations, s.d.). Mesmo assim, quando se fala de juventude, a principal forma de a identificar é tendo em conta o recorte etário (De Oliveira, 2018, p. 3). Segundo a Organização Mundial da Saúde, juventude corresponde ao período entre os 10 e os 24 anos, enquanto a ONU define como jovem qualquer pessoa com idade entre os 15 e os 24 anos (United Nations, s.d.). Por sua vez, a UA delimita a juventude entre os 15 e os 35 anos de idade (União Africana, 2006).

A maior abrangência da faixa etária em grande parte do território africano pode ser explicada pelo maior período que se demora na região a adquirir o capital social e económico para se assumir a identidade de adulto efetivo (Blum, 2007). Tradicionalmente, o fim da juventude associa-se a marcadores de passagem para a idade adulta, nomeadamente a obtenção do primeiro emprego e a habitação própria (Pais, 2009, p. 371). Sendo que se relaciona a passagem da juventude para idade adulta com o final da educação e a entrada no mercado de trabalho, a problemática associada a estas áreas em África faz com que esta transição seja comparativamente menos linear.

Durante muito tempo a juventude foi considerada uma fase da vida marcada por instabilidade, devido a determinados problemas sociais considerados consequência da irresponsabilidade dos jovens (Pais, 1990, p. 141). Irresponsabilidade aqui vem oposição a “responsabilidade”, característica atribuída aos adultos: estes são responsáveis devido às responsabilidades da vida adulta, como o emprego, a vida familiar, entre outros (Pais, 1990: 141). Grande parte destes problemas são derivados da dificuldade de entrada dos jovens no mercado de trabalho (Pais, 1990, p. 141).

Ora, nos anos 60 deu-se também uma rutura desta ideia, com o surgimento de novas representações sociais dos jovens, estes assumindo uma imagem “militante, utópica e cultivadora da solidariedade” (Pais, 1990, p. 141). Começa-se a fazer uma transição da perceção do público dos jovens, onde cada vez mais os jovens têm assumido um papel essencial nas mudanças políticas, no progresso social e no desenvolvimento das suas comunidades (United Nations, 2018). Posto isto, torna-se essencial providenciar aos jovens soluções, oportunidades e condições para que estes sucedam, uma vez que estes constituem o futuro da sociedade. É de consentimento geral que a juventude pode ser uma força positiva de desenvolvimento, quanto capacitados de forma eficaz (United Nations, s.d.).

A UA tem vindo a dedicar esforços neste sentido, ao desenvolver *policy* direcionada à juventude. É nesse âmbito criada, na Sétima Sessão Ordinária da Assembleia da UA, em Banjul na Gâmbia, a Carta da Juventude Africana (Mpungose & Monyae, 2018), adotada a 2 de julho de 2006 e aplicada a partir de 8 de agosto de 2009 (União Africana, 2006).

A Carta é dividida em três secções: na primeira é enaltecida a importância e o papel da população jovem para o continente; a segunda define os 28 direitos e deveres dos jovens nos Estados-membro; o terceiro e último aborda as questões técnicas da ratificação, adesão e emendas da Carta (União Africana, 2006). A adoção da Carta é seguida pela criação do Plano de Ação da Década da Juventude 2000-2018, com o intuito de acelerar a sua implementação.

Além disso, a UA atribuiu a 2017 o tema “*Harnessing the Demographic Dividend Through Investments in Youth*”, mostrando a intenção da mesma em focar no desenvolvimento da juventude africana (Mpungose & Monyae, 2018). Sendo uma grande percentagem da região jovem, estes esforços da UA mostram-se extremamente relevantes uma vez que permitem que se crie um ambiente propício ao desenvolvimento e capacitação dos jovens no continente.

Numa ordem internacional em constante mudança, os jovens têm exigido particular atenção, especialmente em regiões onde o reduzido capital e condições de vida afetam esta faixa etária de forma exacerbada (Blum, 2007). Os desafios multifacetados que estes enfrentam exigem uma resposta cada vez mais urgente (United Nations, s.d.). O número crescente de pessoas jovens evidencia a necessidade de os envolver nos processos de tomada de decisão e apoiar os seus direitos, para que estes consigam progredir e desempenhar um papel ativo nas comunidades locais onde se inserem e no cenário global.

2.2. Políticas Públicas: Conceito, formulação e implementação

A Política Pública como área de análise surge e é desenvolvida nos Estados Unidos da América (EUA) na primeira metade do século XX, no pós-guerra (Souza, 2006: 22). Esta época foi marcada por condições económicas e políticas particulares, nomeadamente o alargamento das áreas de intervenção do Estado e o acesso crescente a informação generalizada sobre diferentes setores, como a saúde, defesa e os transportes (Araújo & De Lurdes Rodrigues, 2016, p. 13).

Até então, a investigação desta área era feita principalmente na Europa e centrava-se essencialmente em análises e formulação teórica sobre o Estado e as suas instituições em si, e não sobre a produção política dos governos (Souza, 2006, p. 22). Passa-se nessa transição a haver um maior interesse no governo enquanto produtor de Política Pública e sobre a sua atuação. Procurou-se desenvolver conhecimento para melhorar a governação através da aplicação de métodos científicos nas decisões governamentais, para produção mais eficiente das políticas (Araújo & De Lurdes Rodrigues, 201, p. 13).

Souza destaca quatro cientistas sociais norte-americanos nesta área: Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton (Souza, 2006, p. 23). Foi Laswell que em 1948 introduziu a expressão *policy analysis*, em oposição ao estudo das questões clássicas do poder, constituições, grupos de interesse e legislaturas tradicionais (Araújo & De Lurdes Rodrigues, 2016, p. 13). É este que introduz a estrutura do campo de análise das políticas públicas como ciência social aplicada, lançando também as bases para o modelo das etapas do processo político (Araújo & De Lurdes Rodrigues, 2016, p. 13).

Os quatro autores apresentam distintas abordagens, mas todos têm em comum quatro características que contribuíram para a formulação do campo científico das políticas públicas moderna: a ideia de que as políticas públicas são explicitamente orientadas para os problemas públicos e para as suas soluções; que estas são multidisciplinares; que são orientadas por valores (como o ethos democrático e a dignidade humana); e que existe a possibilidade de análise das ações políticas nas sociedades democráticas (Araújo & De Lurdes Rodrigues, 2016, p. 16).

Quanto ao conceito de Política Pública, não existe uma definição consensual. Geralmente, referimo-nos a um conjunto de elementos, como medidas estatais, institucionalizados pelo governo com o intuito de obter determinado efeito sobre um problema e que tem influência na vida dos cidadãos. A definição mais comum, segundo Souza, é a da Laswell que estabelece que: “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, porquê e que diferença faz” (Souza, 2006, p. 24).

Segundo Luísa Araújo e Maria de Lurdes Rodrigues (2016, p. 12), enquanto objeto de estudo, a Política Pública constitui os:

processos complexos e multidimensionais que se desenvolvem em múltiplos níveis de ação e de decisão — local, regional, nacional e transnacional. Em segundo lugar, envolvem diferentes atores — governantes, legisladores, eleitores, administração pública, grupos de interesse,

públicos-alvo e organismos transnacionais —, que agem em quadros institucionais e em contextos geográficos e políticos específicos, visando a resolução de problemas públicos, mas também a distribuição de poder e de recursos.

Os debates em torno desta temática procuram responder à questão sobre qual o espaço dos governos na definição e na implementação de Política Pública (Souza, 2006, p. 26). É de notar que existem diferentes grupos com influência na sua formulação, como grupos de interesse, movimentos sociais ou lobbies, com diferentes graus de intervenção. No entanto, segundo Souza, apesar da existência de limitações e constrangimentos, não existe uma diminuição da capacidade e poder dos governos: “estes não inibem a capacidade das instituições governamentais de governar a sociedade” (Souza, 2006, p. 27).

Os quatro autores pioneiros na análise de Política Pública como ciência social contribuíram também para o estabelecimento dos quatro modelos teóricos usados para compreender a génese dos problemas e do processo da Política Pública (Araújo & De Lurdes Rodrigues, 2016, p. 18): o modelo sequencial, a metáfora dos fluxos múltiplos, o modelo do equilíbrio interrompido e o quadro teórico das ligações de causa ou de interesse.

O modelo sequencial ou do ciclo político (*Policy Cycle*) estabelece que a Política Pública é tomada como resultado de um processo que envolve etapas organizadas num ciclo político que se repete. É importante notar que este não é sempre linear, uma vez que em grande parte das vezes as fases do ciclo estão desconectadas e/ou alternadas (Agum et. Al, 2015, p. 24).

A metáfora dos fluxos múltiplos procura explicar como os problemas captam a atenção do público e dos agentes políticos de forma a se tornarem problemas políticos (Agum et. Al, 2015, p. 24). Baseia-se em três metáforas e em três conceitos centrais: comunidades políticas (investigadores, analistas, grupos de interesses, entre outros), empreendedores políticos (atores envolvidos na mediação e negociação dos processos de agendamento) e a janela de oportunidade política (que se abre quando convergem a perceção política dos problemas, o conhecimento das soluções adequadas e as condições de governação) (Agum et. Al, 2015, p. 24).

O modelo do equilíbrio interrompido, por sua vez, baseia-se na ideia de que os processos políticos são caracterizados por incrementalismo e estabilidade, pontuado ocasionalmente por mudanças de larga escala. Compreender o processo político implica desse modo analisar as condições tanto de estabilidade quanto as de mudança (Agum et. Al, 2015, p. 24).

Finalmente, o quadro teórico das coligações de causa ou de interesse propõe encontrar uma alternativa ao modelo das etapas, sintetizar os melhores contributos das diferentes abordagens top-down e bottom-up e incorporar informação técnica nas teorias do processo político (Agum et. Al, 2015, p. 24).

Theodore Lowi (Agum et. Al, 2015, p. 19), retrata a necessidade em reconhecer que este tipo de política está a ser formulada, pois isso tem influência no processo político. Este apresenta quatro tipos de políticas, de acordo com o processo, atores, estilos e instituições envolvidas:

- Política Regulatória - Atua de forma a definir padrões para atores privados e públicos, nomeadamente para a regulamentação de serviços.
- Política Distributiva – Traduz a concentração de benefícios por um grupo em detrimento de outros, benefício este que é específico e concentrado, de custo difuso para a sociedade.
- Política Redistributiva – Afetam um elevado número de pessoas, normalmente políticas sociais que envolvam o sistema tributário e o previdenciário.
- Políticas Constitutivas – Referem-se a procedimentos, ao estabelecer regras sobre princípios existentes para estabelecimento de políticas públicas.

Ao longo do desenvolvimento e da implementação de Política Pública estão presentes um conjunto de atores, com diferentes níveis de influência, tanto no conteúdo quanto no objetivo (Agum et. Al, 2015, p. 37). Destacam-se os burocratas, os grupos de interesse e os meios de comunicação.

Entender os modelos e as teorias que construíram o entendimento moderno de Política Pública permite que a análise da mesma seja feita de forma mais completa, sendo compreendido o problema para quais certas medidas são desenhadas, possíveis conflitos associados e o papel dos diferentes atores, indivíduos, grupos e instituições, na tomada de decisão.

2.3. Políticas Públicas para a Juventude

Como mencionado anteriormente, o reconhecimento da juventude como categoria social única é um fenómeno recente, que começou a ter destaque no século XX. Posto isto, a formulação de

Política Pública direcionada aos jovens especificamente é mais recente ainda, apesar de ser um tópico de bastante relevância na política internacional nos últimos anos (De Faria, 2010, p. 45).

De Faria (2010, p. 46) nota que existem três tipos de políticas que envolvem a juventude: políticas da juventude, políticas através da juventude ou políticas com a juventude. As políticas da juventude geralmente são divididas em quatro objetivos – paternalismo, protecionismo, controlo dos tempos de lazer dos jovens e dirigismo social tutelado por adultos. As feitas através da juventude implicam a mobilização e instrumentalização dos movimentos de jovens pelo Estado. Por sua vez, as feitas a partir da juventude são iniciativas organizadas e implementadas pelos jovens.

A emergência de política voltada para os jovens relaciona-se com o sistema de proteção social e de redistribuição pública entre ativos e não ativos. A crise económica que tem marcado as últimas décadas desenvolveu uma nova pobreza, que afeta de forma exacerbada desempregados, jovens e idosos, que se encontram à margem da segurança social (De Faria, 2020, p. 46). Torna-se desse modo essencial definir política que aborde as problemáticas destes grupos de forma direcionada.

Apesar da crescente popularidade, ainda existem diversos obstáculos que impedem a participação dos jovens na criação de Política (Conner et al., 2016, p. 4). Entre estes obstáculos destaca-se o “Adultismo”: a ideia de que os adultos, e as suas atividades, características e ações, são “melhores” que as dos jovens e por esse motivo têm o direito de tomar decisões que os afetam, sem o seu consentimento (Conner et al., 2016, p. 4). Mostra-se assim uma falta de consideração pelo potencial, competência e necessidades dos jovens. Assim, o “adultismo” pode ser um dos fatores que impede o sucesso de políticas públicas direcionadas aos jovens.

Num cenário internacional onde se teme a redução da participação política, é importante investir em oportunidades para engajar os jovens nos seus sistemas políticos (Cammaerts et al., 2014, p. 646). A UA (2006, p. 7) estabelece na Carta Africana da Juventude que os jovens têm o direito de participar em todas as áreas da sociedade e que para esse efeito os Estados devem tomar medidas que promovam a sua participação ativa. Dá-se mesmo prioridade à participação dos jovens na tomada de decisão nos diferentes níveis de governação (União Africana, 2006, p. 8).

Segundo Cammaerts et al. (2014, p. 653) pode se analisar a representação dos jovens nos processos políticos através de dois níveis:

First, how democratic and participatory are organizations that represent youth in policy processes? Second, how participatory and genuine are the efforts of democratic institutions to consult young people and their representatives? There is a whole set of challenges linked to making youth participation in policy.

Há geralmente uma priorização da participação dos jovens através de intermediários como organizações de jovens ou associações, em detrimento de participação individual não organizada (Cammaerts et al., 2014, p. 653). Mas mesmo quando os jovens são representados, em organizações e governos, pode se questionar a forma como esta participação é feita, além de questões sobre se esta representação representa a sua realidade (Cammaerts et al., 2014, p. 655).

2.4. Juventude e Desenvolvimento

Compreendendo que quase metade da população mundial é composta por jovens com menos de 30 anos, é evidente o potencial significativo deste grupo para influenciar a sociedade. Enquanto jovens que estão social e economicamente comprometidos contribuem para a prosperidade, democracia e crescimento económico, é crucial reconhecer as consequências adversas que surgem quando as questões enfrentadas pelos mesmos são negligenciadas, nomeadamente a propensão à violência e à instabilidade (US Agency for Development, s.d.).

Há um crescente reconhecimento internacional do poder da juventude e da necessidade premente de considerá-los agentes ativos no seu próprio processo de desenvolvimento (US Agency for Development, s.d.). A própria Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por exemplo, destaca a importância de investir na juventude e na sua capacidade de impulsionar a mudança (Kahuria, 2023).

Ora, é imperativo ressaltar que a efetiva realização dessa mudança requer o envolvimento dos jovens nos processos de decisão (Kahuria, 2023). Devem ser criados espaços onde estes possam ser capacitados e engajados enquanto motores do desenvolvimento, permitindo-lhes aplicar novas perspectivas, ideias inovadoras e a sua perspectiva particular dos problemas que afetam as suas comunidades (Kahuria, 2023).

Potencializar o desenvolvimento dos jovens equivale a fortalecer o desenvolvimento da sociedade, pois são eles que atualmente participam, ou futuramente participarão, da produção dos bens e dos serviços (US Agency for Development, s.d.). Como destacado por Odoh &

Innocent (2014, p. 164), além das sociedades serem recriadas através dos jovens, estes são muitas vezes considerados os “líderes do amanhã”.

Para compreender plenamente a importância da juventude para o desenvolvimento, é necessário estabelecer uma definição clara do próprio conceito de Desenvolvimento. É importante notar que este é um conceito plural, abordado por diferentes autores com diferentes perspectivas. Neste contexto, salienta-se que desenvolvimento, nos Estudos de Desenvolvimento é construído com base em três visões pragmáticas: desenvolvimento como crescimento económico, como satisfação das necessidades básicas e como elemento de sustentabilidade socioambiental (Santos, et. al, 2012, p. 45). A visão amplamente aceite do conceito estabelece desenvolvimento como um processo de mudança social, económica, política, cultural e ambiental que visa melhorar o bem-estar humano e a qualidade de vida das pessoas.

Então, o potencial da juventude para impulsionar o desenvolvimento não pode ser relativizado, especialmente quando consideramos o contexto africano. As perspectivas e ideias dos jovens desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento e do progresso social em diferentes esferas, incluindo o desenvolvimento económico, social e político.

Quanto ao potencial económico, os jovens representam, primordialmente, uma fonte de mão de obra e capital humano de produção (Odoh & Innocent, 2014, p. 171). Investir em educação, desenvolvimento de habilidades e treinamento não beneficia somente os indivíduos, mas potencializa a economia, tanto a nível nacional quanto internacional (OECD, 2007, p. 119). Pela sua natureza inovadora, os jovens podem contribuir para a inovação, tecnologia e empreendedorismo, fatores essenciais para o crescimento económico. Ao investir na criação de oportunidades económicas para os jovens, também se promove a redução da pobreza e a inclusão social, quebrando o possível círculo vicioso de pobreza (OECD, 2007, p. 120).

Os jovens desempenham também um papel essencial no desenvolvimento social, sendo tanto os “líderes de hoje” quanto os “líderes do amanhã” (Singh, 2020, p. 2). Esta relação entre juventude e desenvolvimento social é intrinsecamente interdependente, evidenciando a capacidade dos jovens em impulsionar mudanças positivas nas suas comunidades (Agência para o Desenvolvimento e Coesão [AD&C], 2022). Como mencionado anteriormente, estes sempre ocuparam uma posição proeminente na mudança e no progresso social, participando ativamente de movimentos pela democracia, justiça social e direitos humanos (Nações Unidas, 2019). Nos

últimos anos, o ativismo social tem emergido com uma relevância cada vez maior, com os jovens na vanguarda de algum dos movimentos políticos mais significativos do século XXI (AD&C, 2022). Assim, os jovens representam simultaneamente uma força dinâmica na construção de sociedades mais inclusivas e equitativas, enquanto são também agentes catalisadores de progresso social, desempenhando um papel vital na transformação do bem-estar coletivo.

A nível político, os jovens apresentam também um grande potencial, especialmente na promoção da participação ativa e no impulsionar de reformas políticas (The Electoral Knowledge Network, s.d.). Nos últimos anos, estes têm protagonizado movimentos políticos que abordam problemáticas como as mudanças climáticas, direitos LGBTQ+ e reformas migratórias (IDEA, 2022) Além disso, os jovens desempenham também um papel crucial na renovação e revitalização das instituições públicas, questionando o status quo e propondo novas abordagens para os desafios políticos contemporâneos.

Ora, uma população demasiado jovem, como acontece em grande parte dos países africanos, também pode implicar uma série de desafios ao desenvolvimento nacional. Pode ocorrer pressão sobre o sistema educacional e o sistema de saúde (Das Gupta et al., 2014, p. 38), desemprego juvenil (Das Gupta et al., 2014, p. 33), tensões sociais e políticas, consequência de insatisfação, dependência demográfica e problemas relacionados com a habitação.

É, em conclusão, essencial aproximar os jovens da esfera pública, pois a sua participação ativa na política, *advocacy* por causas sociais, busca por justiça social e potencial económico são elementos essenciais para promover sociedades mais inclusivas, equitativas e democráticas. Ao investir no desenvolvimento e capacitação dos jovens, criam-se condições para uma sociedade mais próspera e sustentável para a presente geração e as futuras.

Sabendo o potencial e os desafios associados a uma população extremamente jovem, os governos têm o dever de criar políticas e programas eficazes, implementados de forma a potencializar e capacitar os jovens e de evitar e responder aos possíveis problemas que venham a surgir. Garante-se assim que estes tenham as ferramentas e recursos necessários para alcançar o seu pleno potencial e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento global.

III. ANGOLA E CONTEXTOS

3.1. Contexto Histórico e Socioeconómico de Angola

Angola, nação situada na região sudoeste do continente africano, possui uma história longa e rica, que remonta a milhares de anos. Os vestígios arqueológicos sugerem que o território angolano é habitado desde há cerca de 25 000 anos AEC (South African History Online, s.d.). A etimologia do nome “Angola” remota ao século XVI e vem da derivação portuguesa do termo banto *N’gola*, usado como título dos reis do Reino do Dondo (South African History Online, s.d.).

Os contornos de Angola como país moderno, políticos e geográficos, são um resultado do colonialismo português no século XX (South African History Online, s.d.). Foi a 1482, que os portugueses comandados por Diogo Cão ancoraram na Foz do rio Zaire, vindo ao encontro do Reino do Congo, que se estendia do atual Gabão ao rio Kwanza (Ball, 2017, p. 3). A primeira povoação portuguesa ocorreu na baía de Luanda em 1576, e desde aí o território passou a estar ao serviço do lucro português, principalmente através do comércio de pessoas escravizadas (Ball, 2017, p. 1). A expansão do estado colonial ocorreu até ao século XX, quando as forças militares portuguesas consolidaram o seu controlo militar sobre a totalidade do território, tendo estabelecido também uma administração estruturada e uma economia de extração de recursos (Ball, 2017, p. 9).

Foi no início do século XX que emergiu em Angola um sentimento nacionalista, com o surgimento de pensadores luso-africanos como José de Fontes Pereira, Holden Roberto e Agostinho Neto (Ball, 2017, pp. 15-16). Estas ideias culminaram finalmente em movimentos nacionalistas de libertação, com o objetivo de atingir a independência do país. Destacaram-se três movimentos de libertação, que lutaram contra o colonialismo português: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União para Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

O Estado Novo português procurou suprimir estes movimentos nacionalistas durante anos, o que resultou numa guerra colonial que ocorreu entre 1961 e 1974. Nota-se que a revolução angolana ocorreu meados dois processos geopolíticos, a Guerra Fria e os movimentos de descolonização em África. Isto levou a que os movimentos de libertação angolanos, apesar do seu objetivo comum, tivessem ideologias diferentes, de acordo com o apoio recebido: o

MPLA recebeu essencialmente apoio de Cuba e da União Soviética (URSS), FNLA do Zaire (e dos EUA) e o MPLA da Zâmbia (Ball, 2017, p. 18).

Durante a guerra colonial, as forças armadas portuguesas mantiveram o controlo de grande parte do território, tendo esta findado somente com a revolução de abril, em 1974, que resultou na queda do governo português autoritário e abriu as negociações de independência (Ball, 2017, p. 19). Salienta-se que a saída da potência imperial em Angola foi abrupta, comparativamente às outras potências europeias de África (Oliveira, 2015, p. 53). Não houve uma reflexão sobre os modelos de descolonização a aplicar nem sobre o sistema político que ficaria em substituição. O regime português pós-revolução assumiu que o governo “ficaria nas mãos de grupos de libertação com um pensamento igualmente “modernista”” (Oliveira, 2015, p. 53). No entanto, como já mencionado, não existia uma força nacionalista dominante, mas sim três movimentos divergentes.

As tentativas de mediação do novo governo português resultaram no Acordo de Alvor, assinado em janeiro de 1975, onde se concluiu que os três movimentos nacionalistas, em conjunto com a administração portuguesa, iriam em conjunto governar Angola até se definirem as primeiras eleições, a ocorrer antes da independência a 11 de novembro de 1975 (Ball, 2017, p. 19). As acirradas divergências entre os movimentos de libertação eventualmente culminaram na queda do governo provisório. A administração portuguesa foi obrigada a evacuar os ocupantes portugueses, não tendo deixado nenhum movimento político no governo (Ball, 2017, p. 19). O MPLA autodeclarou-se o partido dirigente da República Popular de Angola no dia da independência, enquanto a UNITA e a FNLA se autodeclararam em conjunto como a força líder da República Popular Democrática de Angola (Ball, 2017, p. 19).

A rápida saída dos portugueses do país deixou para trás um país em ruínas, em oposição à modernidade que se observava nos últimos anos de Angola como colónia: a economia nesses últimos anos era bastante forte e diversificada e existia uma rede robusta de infraestruturas (Oliveira, 2015, p. 55). Após, ficara um sistema de comércio rural desaparecido, as redes de transportes abandonadas e uma mão de obra sem capacidade técnica para gerir a infraestrutura restante (Oliveira, 2015, p. 56).

As forças armadas do MPLA, com apoio cubano, derrotaram a aliança UNITA e FNLA no início de 1976, tendo tomado controlo da grande parte do território e introduzido um modelo de gestão socialista (Oliveira, 2015, p. 56). Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola

deste a proclamação da independência, geria o território controlado pelo MPLA. Ocorria, no entanto, uma Guerra Civil, que durou até 2002 (Ball, 2017: 19). O MPLA, após adotar o Marxismo em 1976, obteve o apoio de Cuba e da URSS enquanto a UNITA foi apoiada pela África do Sul e pelos EUA (após a subida de Ronald Reagan ao poder em 1980) (Ball, 2017, p. 20).

Quanto aos estudos da História contemporânea de Angola, estes dividem-se geralmente em duas correntes de análise: uma que foca os condicionamentos internacionais e outra que defende a ocorrência de um conflito étnico constante na sociedade angolana (Bittencourt, 1997, p. 161). Para um entendimento mais profundo, é essencial analisar de forma mais ampla a discussão.

A conceção que enuncia os fatores externos como os principais responsáveis dos problemas associados à Angola pré e pós-independência tem como base de análise a Guerra Fria e o papel de Angola neste fenómeno (Bittencourt, 1997, p. 161). Durante a Guerra Civil (1975-2002), Angola foi palco do confronto político bipolar entre a URSS e os EUA. O interesse de autores como Colin Legum, Gerald Bender e Arthur Klinghoffer nesta visão mostra a relevância do país no cenário internacional, com o crescimento de produção académica sobre a temática (Bittencourt, 1997, p. 161). Esta linha de análise tem vindo a ser instrumentalizada no contexto angolano contemporâneo pelas forças políticas, que salientam este fator como “justificativa para o atribulado processo de estabilização do país no pós-independência e uma possibilidade de resgatar parte da desgastada credibilidade junto à população” (Bittencourt, 1997, p. 162). Não se procura minimizar a influência das condicionantes internacionais no processo histórico angolano, mas é importante ter em conta o comportamento dos principais atores políticos angolanos no processo de independência e na guerra civil (Bittencourt, 1997, p. 162).

O conflito étnico como causa dos problemas existentes no país é a base da segunda conceção de análise. Esta abordagem é frequentemente utilizada pela UNITA, que critica a política centralizadora do partido opositor, MPLA, que está no governo desde a independência (Bittencourt, 1997, p. 162). Esta visão parte do pressuposto que os movimentos de libertação em Angola estão intrinsecamente ligados a questões étnico-regionais, que se transferem para o campo político (Bittencourt, 1997, p. 162).

Esta vertente é defendida por autores como John Marcum, Gerard Chaliand e René Pélissier. Ora, este discurso é criticado pela sua exclusividade, acabando por desconsiderar outros fatores relevantes com influência na crise do país (Bittencourt, 1997, p. 163). A utilização política exacerbada dos conceitos de etnia e raça pelos seus defensores ignora nuances político-ideológicas, além de serem usados de forma confusa e sem o cuidado necessário (Bittencourt, 1997, p. 163). O uso de generalizações tende a retirar a relevância destes conceitos como instrumentos de entendimento, tornando-os apenas objetos de manipulação política.

Quando se olha para esta visão, é importante considerar que os conflitos étnicos em Angola foram em múltiplas instâncias exacerbados por condicionamentos históricos: durante o período colonial, por exemplo, Portugal procurou conscientemente destabilizar as dinâmicas étnicas no território angolano (Bittencourt, 1997 p. 163). O estereótipo associado a cada grupo étnico também forma fruto do período colonial, da forma como a burocracia da colonização portuguesa se distribuiu no país. É também erróneo reduzir a formação dos movimentos de libertação a uma visão estritamente étnica, quando os condicionantes históricos e a componente político-ideológica foi tão relevante.

Ora, esta análise ainda é privilegiada pelos meios de comunicação e pelo Departamento de Estado dos EUA, que atribuem como principal causa das crises africanas os conflitos étnicos (Bittencourt, 1997, p. 164). O simplismo deste discurso permitiu que este fosse absorvido com maior facilidade, além de que a associação a um grupo étnico é usada como forma de “último refúgio para os inúmeros expropriados da simples possibilidade de obter melhores condições de vida, dada a situação de carência generalizada devido ao longo período de guerras” (Bittencourt, 1997, p. 164).

Reforça-se que as vertentes de análise da sociedade e contexto angolano apresentadas fazem efetivamente parte do “complexo mundo angolano” (Bittencourt, 1997, p. 166). Procura-se apenas salientar que usar cada uma delas de forma exclusivista em detrimento de outras análises impede uma discussão frutuosa de que métodos escolher para resolver a crise angolana vigente. É essencial não limitar a pesquisa, deve se dar oportunidade a novas interpretações (Bittencourt, 1997, p. 166).

Ricardo Soares Oliveira (2015, p. 25) destaca como causa da guerra civil a “longa e desarticulada inserção de Angola na economia mundial e com os modelos de poder e exclusão que se foram sedimentando ao longo de séculos no plano interno”. Esta visão estabelece que os

conflitos são consequência de uma disputa pelo controle estatal por diferentes elites, com objetivos diferentes para o país (Oliveira, 2015, p. 25).

Apesar das diferentes interpretações, o que prevalece é a consciência de que a História de Angola foi marcada por violência: desde os poderes pré-coloniais, às conquistas do poder colonial e à Guerra Civil que se sucedeu à independência. Isto levou a que um contexto social precário, o que tem vindo a dificultar o crescimento da economia e o mercado interno. Foi apenas em 2002, após o assassinato do líder da UNITA, Jonas Savimbi, em fevereiro, que a Guerra Civil acabou (Ball, 2017, p. 21). A 4 de abril de 2002, representantes das duas forças assinaram o *Memorandum Luena*, apesar de não terem sido feitos esforços de partilha de poder (Ball, 2017, p. 21). Diferente da paz promovida pela comunidade internacional, aqui houve uma vitória militar clara: o MPLA detinha o controlo completo do território (Oliveira, 2015, p. 86). O MPLA declarou uma amnistia que abrangeu os crimes de guerra cometidos, e aceitou a participação subordinada da UNITA no pós-guerra (Ball, 2017, p. 21).

O novo governo, liderado por uma das figuras mais mediáticas do país, José Eduardo dos Santos (JES), Presidente da República e Chefe de Estado de 1979 a 2017, teve então a responsabilidade de definir as prioridades da agenda do MPLA para a reconstrução do país (Oliveira, 2015, p. 86). O MPLA nesta altura detinha um grau de autonomia bastante elevado relativamente à sociedade angolana, uma vez que a população assolada não detinha capacidade de movimentação política (Oliveira, 2015, p. 86). Nesse sentido, a partir de 2004, o partido focou-se também em diversificar as suas relações com a comunidade internacional de forma a obter recursos externos para o programa de reconstrução nacional, sem obedecer às pressões externas sobre que modelo seguir (Oliveira, 2015, p. 86).

O segundo presidente do país instaurou no país um sistema de controlo autoritário que “engloba uma administração bem apetrechada, que supervisiona e controla o partido-estado” (Oliveira, 2015, p. 74), além de uma vasta burocracia presidencial interna. Este manteve em si grande parte dos poderes de ação, enfraquecendo as diferentes instituições nacionais: através do subdesenvolvimento da administração do Estado, a criação de comissões *ad hoc* que a ele reportam diretamente e o controlo pessoal dos instrumentos de exercício da violência (Oliveira, 2015, pp. 77-79). A concentração de poderes por JES não foi alvo de grande contenção, uma vez que o mesmo havia criado um “pacto de proteção da elite” (Oliveira, 2015, p. 80), onde ao satisfazer as ambições de grupos de interesse manteve-se relativamente longe de ameaças ao seu domínio.

3.2. Contexto Económico (pós-guerra civil até 2018)

Durante o período de análise presente, que compreende os anos de 2018 a 2022, Angola enfrentou uma série de desafios e oportunidades que moldaram a sua trajetória de desenvolvimento. É assim relevante analisar os dados prévios a este período, questão crucial para compreender o cenário no qual as políticas públicas foram implementadas, o que permite compreender os padrões históricos e tendências económicas a longo prazo.

Como evidenciado anteriormente, Angola possui uma história complexa, o que influenciou profundamente o seu contexto socioeconómico. A guerra colonial e consequente guerra civil causaram deslocamentos em massa, milhares de mortes, danos às infraestruturas nacionais e um ambiente generalizado de instabilidade política e económica (Mendes Borges & Green, 2022, p. 113). A produção agrícola foi interrompida e os recursos naturais foram explorados para financiar os conflitos armados (Oliveira, 2015, p. 40).

Até 1990, a economia angolana encontrava-se bastante fragilizada uma vez que a guerra civil havia findado a diversificação económica que existia previamente. Nesta altura, os estoques alimentares atingiram também a cota de alarme, enquanto o reduzido setor privado ainda existente era marginalizado (Gonçalves, 2010, p. 79). O Estado, apesar de deter o monopólio da importação, não o soube gerir de forma capaz (Gonçalves, 2010, p. 79). A extração petrolífera, no entanto, foi retomada em força após ter sido interrompida em seguimento da independência, tendo-se expandido exponencialmente enquanto os demais setores produtivos decaíram em cerca de 90% (Gonçalves, 2010, p. 80). A economia angolana tornou-se essencialmente monoprodutora e as receitas petrolíferas constituíam o principal financiamento do orçamento de Estado, questão que ainda afeta de forma preponderante a economia moderna do país. O sucesso deste setor deve-se ao facto de a Sonangol ter sido gerida de forma quase independente do modelo económico socialista vigente, tendo usufruído de investimento e relações estrangeiras (Oliveira, 2015, p. 61).

Em 1986, o preço do petróleo decaiu, o que levou Angola a perder cerca de 700 milhões de dólares face às previsões (Gonçalves, 2010, p. 80). No ano seguinte, o governo lançou o Saneamento Económico e Financeiro e candidatou-se ao Fundo Monetário Internacional (FMI), sem sucesso devido aos dogmas ideológicos vigentes (Gonçalves, 2010, p. 80). Esta tendência económica manteve-se até à década de 90. Foi a partir de 1991, que o Governo angolano iniciou um processo progressivo de expansão económica, tendo sido iniciada nessa altura a transição

de uma economia de tipo socialista para um sistema de economia de mercado (Mendes Borges & Green, 2022, p. 114).

Esta transição veio associada à abertura do MPLA ao multipartidarismo (Gonçalves, 2010, p, 81). Em meados da década de 90, o setor petrolífero angolano cresceu exponencialmente devido à descoberta de novas jazidas petrolíferas, que atraíram um elevado número de companhias petrolíferas internacionais (Oliveira, 2015, p. 65).

A partir de 1991 também se começou a formar uma nova elite, denominada pelo MPLA como “burguesia nacional” (Oliveira, 2015, p. 195). Esta tinha como base os elementos mais próximos do partido e focou-se prontamente na acumulação de capital, através da especulação comercial, da manipulação das taxas de câmbio e da privatização e ativos do Estado (Oliveira, 2015, p. 195). A corrupção tornou-se o *status quo* das elites desde então (Oliveira, 2015, p. 196).

Quando, aquando do fim da guerra civil em 2002, Angola viu-se obrigada a reconstruir a sua economia e sociedade, e para isso foram adotadas uma série de medidas para que o país se alinhasse com o capitalismo contemporâneo (Filho & Da Silva Chimbulo, 2014, p. 8). O início do processo de reconstrução foi difícil, tendo em conta o estado das finanças do país, impedindo quase que completamente a ação estatal até 2004 (Oliveira, 2015, p. 87). A esta situação acrescenta-se a emergência humanitária vivida: havia quatro milhões de deslocados internos, uma grave escassez alimentar e a ameaça de surtos epidémicos (Oliveira, 2015, p. 88).

É neste período, que a China surge como um dos principais parceiros do país. Entre 2002 e 2004, o governo angolano teve grande dificuldade em obter financiamento estrangeiro, devido aos escândalos de corrupção sobre as receitas do petróleo (Oliveira, 2015, p. 89). Além disso, a recusa de JES em pôr em prática as reformas propostas pelo FMI também dificultava o investimento estrangeiro (Oliveira, 2015, p. 89). A disponibilidade chinesa de negociar com o governo angolano sem exigir os pré-requisitos dos doadores ocidentais promoveu a relação entre os dois países: em 2009, o volume dos empréstimos chineses, tanto privados como públicos era de pelo menos 13,4 mil milhões de dólares (Oliveira, 2015, p. 91). Criou-se o chamado “modelo de Angola” com base na “cedência de recursos em troca da construção de infra-estruturas, comprometendo-se o governo angolano a enviar carregamentos de petróleo em troca de linhas de crédito chinesas” (Oliveira, 2015, p. 81).

Após 2004, graças ao aumento dos rendimentos do setor petrolífero e o boom do petróleo, a economia angolana observou um crescimento exponencial: até 2014 entraram nos cofres estatais mais de 450 bilhões de dólares, levando a um crescimento sustentado anual de cerca de 15% (Orre, 2016). A primeira década pós instauração da paz foi efetivamente marcada por um “milagre económico” (Oliveira, 2015, p. 19). Além disso, Angola seguiu uma “estratégia de expansão” com o intuito de firmar o seu papel no sistema internacional, através de aquisições e investimentos no exterior (Oliveira, 2015, p. 239-240).

O governo neste período detinha uma posição privilegiada para controlar o espaço político: possuía os meios financeiros necessários e o apoio da população, que se via ansiosa para manter a paz, não havendo desse modo obstáculos à liderança do MPLA (Oliveira, 2015, p. 21-22). A reconstrução de Angola pode ser dividida entre duas fases: a primeira, implicou a reedificação das infraestruturas físicas do país, enquanto a segunda consistiu “no processo mais complexo de criação de condições de governação da vida quotidiana em todo o país, à disponibilização de bens públicos e à diversificação da economia assente na exploração petrolífera” (Oliveira, 2015, p. 94).

Neste período, o governo angolano assumiu um papel mais intervencionista na economia nacional, “confirmando o seu papel de indutor do crescimento económico” (Filho & Da Silva Chimbulo, 2014, p. 14). Foram deste modo aplicadas políticas fiscais e monetárias expansionistas, tal como medidas protecionistas com base nos aumentos contínuos de tarifas de importação, de forma a revitalizar e diversificar a economia (Filho & Da Silva Chimbulo, 2014, p. 14). Investiram-se milhões de dólares na construção de infraestruturas como o sistema ferroviário e em projetos como centros comerciais, com o intuito de reformular a paisagem urbana (Oliveira, 2015, p. 22). No entanto, o programa de reconstrução das infraestruturas falhou em diversos sentidos, devido à morosidade nas construções, falta de qualidade, corrupção e má priorização (Oliveira, 2015, pp. 95-99).

A segunda fase do programa de reconstrução, a criação de uma visão coerente de desenvolvimento para Angola e a sua aplicação, foi mais complexa, uma vez que não dependeu somente de recursos financeiros (Oliveira, 2015, p. 100). Ricardo Soares de Oliveira (2015, p. 22), define o modelo de reformulação do pós-guerra como o modelo da elite angolana: a construção de uma nova Angola à imagem do MPLA. Associado a isto veio a “reformulação do estatuto de Angola no plano eterno” (Oliveira, 2015, p. 22). Até então, o país e a sua história eram desconhecidos no sistema internacional (Oliveira, 2015, p. 20).

Assume uma posição de potência emergente, com fortes relações com outros Estados em vias de desenvolvimento, tal como com Portugal (Oliveira, 2015, p. 22-23). Apesar disto, não existiram transformações económicas estruturais capazes de responder a este objetivo, que promovessem um crescimento e diversificação económica sustentável, uma vez que o governo em vigor não criou instituições económicas e políticas inclusivas. Assim, ainda que os diferentes setores, não petrolíferos, tenham apresentado maior progressão no pós-guerra civil do que após a independência, permaneceu um acentuado desequilíbrio em relação à extração (Gonçalves, 2010, p. 80). O capitalismo instaurado tinha como base os rendimentos e não a atividade produtiva (Oliveira, 2015, p. 194).

As receitas petrolíferas correspondiam ainda a cerca de 90% da exportação e constituíam o principal financiamento orçamental (Gonçalves, 2010, p. 88). Era deste modo também a principal fonte de entrada de dólares no país, usados para importação de bens essenciais. Assim, o Orçamento Geral de Estado (OGE) do país é elaborado com base no preço do barril de petróleo, o que faz com que as oscilações desse valor tenham impacto direto sobre as contas públicas angolanas (De Carvalho, 2023). Posto isto, a dependência do petróleo e a reduzida diversificação económica têm vindo a ser um dos principais desafios da economia angolana, uma vez que expõem a economia nacional a vulnerabilidades significativas, nomeadamente a choques externos (De Carvalho, 2023).

Nota-se então que o governo não conseguiu “colocar as suas riquezas minerais ao serviço da diversificação económica ou da prosperidade inclusiva” (Oliveira, 2015, p. 24). Apenas uma limitada elite, já privilegiada, beneficiou. Neste cenário, Ricardo Soares de Oliveira (2015, p. 24) levanta a questões sobre a quem o programa de reconstrução se dirige, quem beneficia o governo e se há a possibilidade de se criar uma sociedade digna para os angolanos.

A dependência do petróleo e não diversificação económica foi claramente evidenciada pela crise financeira de 2008-2009 e durante o choque petrolífero de 2014-2016. O mencionado choque foi desencadeado por vários fatores, incluindo a revolução energética norte-americana, caracterizada pela produção acentuada de shale oil nos EUA, que resultou numa oferta global significativamente maior de petróleo. Além disso, a procura global diminuiu devido à desaceleração económica em várias partes do mundo, juntamente com a redução da produção dos países membros da *Organization of Petroleum Export*. Foi observado também um abrandamento geral do crescimento económico mundial (Stocker et al., 2018). Como resultado

desses eventos, os preços do petróleo caíram em cerca de 70%, exacerbando os desafios enfrentados pela economia angolana, altamente dependente desse recurso (Stocker et al., 2018).

Para Angola, a principal consequência foi a diminuição substancial das receitas do governo angolano, o que afetou a capacidade do governo de financiar o OGE. A redução das receitas do petróleo impactou a balança de pagamentos do país, o que pressionou as reservas cambiais nacionais, tendo o Banco Nacional de Angola (BNA) ficado incapaz de responder à necessidade de divisas da economia (Vaz, 2015). A inflação disparou, tendo alcançado os 20,26%, e o poder de compra da população, já reduzido, diminuiu. Além disso, esta crise resultou numa desaceleração económica e uma redução dos investimentos em diversos setores da economia, levando ao aumento do desemprego e da pobreza (Oliveira, 2019).

Primeiramente, as autoridades nacionais reagiram com um aperto orçamental significativo, associado a ajustes cambiais e a maiores restrições na compra de moeda estrangeira (Jonveaux, 2022, p. 4). O BNA, por sua vez, prosseguiu com a desvalorização do Kwanza (Vaz, 2015). Apesar da tentativa de responder à crise, as políticas acionadas foram insustentáveis a longo prazo, o que levou a uma erosão adicional da situação orçamental do país (IMF, 2018, p. 4).

O novo contexto do setor petrolífero obrigou a que o modelo de desenvolvimento económico nacional, baseado na exploração petrolífera, fosse revisto. Além disso, a eleição de João Lourenço como presidente a setembro de 2017, que pôs fim a 38 anos do governo de JES, trouxe uma nova perspetiva à política nacional (IMF, 2018, p. 4). Entre os principais objetivos do novo presidente destacou-se o intuito de combater a corrupção e a má gestão dos fundos públicos (Angola, 2018). Buscou-se desse modo implementar uma série de políticas económicas e reformas destinadas a promover a diversificação económica, combater a corrupção e melhorar o ambiente de negócios (IMF, 2018, p. 4).

O Estado reforçou a política orçamental através do aumento de impostos aos produtos importados e da criação de novos impostos, sobretudo a certos produtos nacionais (Vines, 2020). O governo angolano solicitou também empréstimos e realizou parcerias internacionais, nomeadamente com o Banco Mundial a fim de financiar projetos nacionais. Foi também implementado um Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM), que buscou restaurar a estabilidade e a sustentabilidade da economia angolana até ao ano de 2018 (IMF, 2018, p. 4).

Apesar das medidas tomadas, a recessão económica perdurou, marcada por uma quebra no valor das exportações e pelo decréscimo das importações, representando o declínio das receitas nacionais (Vaga, 2018). Embora seja essencial reconhecer os esforços para promover a diversificação económica, a falta de progresso significativo e as mudanças estruturais limitaram as perspetivas de crescimento sustentável e resiliente (Jonveaux, 2022, p. 6).

Tendo em conta este contexto, é possível salientar os problemas macroeconómicos centrais enfrentados por Angola no período de análise. Destaca-se então a infraestrutura precária, consequência do longo período de guerra vivido, a falta de diversificação económica, devido à dependência do petróleo, a baixa produtividade agrícola e a escassez de mão de obra qualificada. Este panorama, associado à corrupção generalizada, à má gestão dos recursos estatais e à falta de transparência na administração pública constitui o principal obstáculo ao desenvolvimento económico do país.

3.3. Contexto Social e Demográfico (2018)

Para entender plenamente o cenário das políticas públicas para a juventude entre 2018 e 2022 em Angola, é também crucial examinar o contexto social e demográfico do país em 2018. Ao examinar este aspeto, lança-se luz sobre os fatores e tendências que influenciaram o cenário político e as iniciativas de desenvolvimento durante o período em análise. Permitirá avaliar como as políticas públicas para a juventude foram moldadas pelo contexto social mais amplo e como estas podem ter contribuído para aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios apresentados pela estrutura demográfica do país.

Em Angola foram realizados até à data dois recenseamentos gerais da população de Angola, um em 2014 e outro em 2024. De acordo com os Resultados Definitivos do Censo 2014 (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2016), a população de Angola, à data, era de 25 789 024 pessoas, entre as quais 52% eram do sexo feminino e 48% do sexo masculino. No Anuário Estatístico de Angola 2015-2018, foi feita a projeção nacional da população, por Província, com base nos resultados do censo de 2014: em 2018 estimava-se que a população residente chegaria a 29 250 009 habitantes (INE, 2019, p. 13).

Quanto à distribuição por área, em 2014 63% da população residente habitava a área urbana, enquanto 37% a área rural (INE, 2016, p. 31). Em 2014, três quartos da população

(72%) concentravam-se em 7 províncias, com mais de 1 quarto a viver na capital (27%) (INE, 2016, p. 32). Para 2018, estimou-se que 63,2% residiria na área urbana, sendo 42,1% especificamente em Luanda (INE, 2019, p. 13). Estimava-se então um aumento dos residentes na capital em 15%, refletindo a concentração demográfica em Luanda, problema a abordar futuramente.

A questão da densidade demográfica em Angola é bastante relevante, já que existe uma grande disparidade entre a densidade populacional em Luanda e a média nacional, com Luanda a apresentar uma densidade populacional cerca de 18 vezes superior à média do país (368 habitantes por quilómetro quadrado) (INE, 2016, p. 35). Observa-se um fenómeno de “desertificação demográfica” no interior do país, o que faz com que a capital esteja sobrecarregada em termos económicos e sociais.

Esta densidade demográfica centralizada em Luanda é, por Ricardo Soares de Oliveira (2015, p. 44), considerada uma consequência direta da agenda do governo de MPLA para Angola do pós-guerra. Luanda, tendo sido a cidade-estado do partido durante a guerra civil, assume na reconstrução do país o “centro do poder e de controlo da riqueza da nação” (Oliveira, 2015, p. 44). A capital é considerada desde então a representação da modernidade angolana, o destino a qual todos os angolanos oriundos de outras províncias (considerados “tacanhos”) almejam chegar (Oliveira, 2015, p. 44).

Outra questão demográfica essencial para entender o contexto social do país é a estrutura etária da população residente. Os resultados do censo de 2014 mostraram uma população jovem, com 47% (12 196 496 pessoas) entre os 0 e os 14 anos de idade (INE 2016, p. 37). Por sua vez, a população em idade laboral, entre os 15 e os 64 anos, correspondia a 50% do país (INE, 2016, p. 37). A idade média da população era assim 20,6 anos.

Previu-se que em 2018, a população entre os 0 e os 14 anos chegasse aos 13 635 798 residentes e a laboral, até aos 64, aos 14 909 053 (INE, 2019, p. 15). Uma população jovem é considerada um ativo para o desenvolvimento, uma vez que constitui um recurso valioso para impulsionar o crescimento económico, através de uma maior força de trabalho e o consequente impulsionar da produtividade e a inovação de diversos setores.

É, no entanto, importante abordar os desafios específicos que surgem de uma estrutura etária jovem, de modo a mitigar os possíveis riscos e maximizar os benefícios. A população extremamente jovem de Angola levanta desafios a nível da governança (uma vez que há

necessidade de serem criadas políticas e problemas governamentais inclusivos e eficientes), da educação (maior procura por educação de qualidade), do desemprego e subemprego (se não existirem suficientes oportunidades de emprego formal), coloca pressão sobre os Serviços Sociais nacionais (como a assistência social e a saúde) e apresenta um risco de instabilidade social (caso não se observem oportunidades económicas e sociais para os jovens).

A taxa de atividade em Angola, em 2014, e, Angola era de 53%, sendo 61% no sexo masculino e 45% no feminino (INE, 2016, p. 60). As atividades económicas mais representadas foram a agricultura e a pesca, enquanto na Província de Luanda predominava o setor do comércio, de atividades administrativas e dos serviços de apoio (INE, 2016, p. 60). Em 2018, a taxa de atividade em Angola chegou aos 86,5%, com 88,4% no sexo masculino e 84,9% no feminino (INE, 2019, p. 8).

A taxa de desemprego, que em Angola é calculada a partir dos 15 anos de idade, era em 2014 de 24,2%, sobretudo na faixa entre os 15 e os 25 anos (INE, 2016, p. 62). Por sua vez, em 2018, a taxa de desemprego foi de 28,8%, apresentando mais uma vez o valor máximo no grupo etário de 15 aos 24 anos (INE, 2019, p. 12). Nota-se que a percentagem de pessoas economicamente ativas em atividades em 2018 foi de 72,6% (INE, 2019, p. 12).

A questão do desemprego é um dos principais problemas sociais em Angola e o governo angolano tem feito um esforço para responder a esta problemática. No caso angolano, a causa central do desemprego, especialmente entre os mais jovens, deve-se à reduzida oferta e oportunidades apresentadas pelo mercado de trabalho formal angolano (Mendonça, 2021, p. 26). Além disso, devido à corrupção exacerbada, o acesso ao mercado de trabalho não é igual para todos (Mendonça, 2021, p. 26). Mais uma vez, a dependência económica do petróleo, as sucessivas crises mundiais e a instabilidade política em Angola reforçam este cenário.

Finalmente, é relevante enunciar os problemas sociais que afetavam a vida dos cidadãos e o desenvolvimento de Angola aquando 2018. Primeiramente, a desigualdade de rendimentos e de acesso a serviços era e é um dos principais desafios, evidenciado pelas disparidades entre áreas urbanas e a marginalização de certas comunidades (Abreu, 2007, p. 13). O desemprego e subemprego, já mencionados (Abreu, 2007, p. 13). A insegurança alimentar é ainda uma preocupação em certas regiões do país, devido à falta de investimento na agricultura (Abreu, 2007, p. 5). A violência e criminalidade são também um problema central, embora tenha havido melhorias na segurança (Abreu, 2007, p. 4). Também o acesso à justiça e à proteção dos direitos

humanos são uma questão crítica em Angola, havendo relatos de abuso por parte das forças de segurança e obstáculos ao acesso à justiça para grupos marginalizados (Human Rights Watch, s.d.).

Em suma, o contexto social e demográfico de Angola em 2018 reflete uma população em crescimento, essencialmente jovem, com desafios e oportunidades únicas. A mencionada estrutura etária jovem apresenta para o país potenciais benefícios para o desenvolvimento nacional, trazidos pelo dinamismo associado à juventude, mas também desafios, enunciados anteriormente.

Compreender as dinâmicas sociais e demográficas que caracterizam Angola neste período é fundamental para contextualizar a formulação e implementação das políticas públicas criadas na altura. Com base nos dados apresentados, será possível avaliar as políticas tendo em conta a sua eficácia e capacidade de promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo em Angola. Ao reconhecer os desafios enfrentados pela população no geral, é possível capitalizar as suas potencialidades de forma que o país aproveite plenamente os seus recursos humanos e maximize as suas oportunidades de desenvolvimento.

IV. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM ANGOLA

4.1. A Juventude Angolana

No âmbito da presente dissertação, é importante fazer uma análise aprofundada das características socioeconómicas, demográficas e culturais da juventude angolana, de forma a destacar os desafios que este grupo enfrenta no seu desenvolvimento pessoal e social, bem como as causas subjacentes a esses obstáculos. Assim, se estabelece a base para a criação de políticas públicas eficazes e inclusivas.

O Artigo 81.º da Constituição da República de Angola intitulado “Juventude”, parte do Capítulo III sobre Direitos e Deveres Económicos, Sociais e Culturais, define que os jovens “gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

- a) No ensino, na formação profissional e na cultura;
- b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social;
- c) No acesso à habitação;
- d) Na educação física e no desporto;
- e) No aproveitamento dos tempos livres.”

Como prioridades a Constituição define “o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade” (Constituição da República de Angola, de acordo com a Lei Constitucional n.º 1/2020 de 21 de janeiro, 2020). Na constituição estabelece-se também a responsabilidade do Estado, em colaboração com outros atores, de fomentar e apoiar a realização desses objetivos prioritários (Constituição da República de Angola, de acordo com a Lei Constitucional n.º 1/2020 de 21 de janeiro, 2020).

Concretamente, a juventude em Angola compreende a população nacional com idade entre os 15 e os 34 anos (INE, 2020, p. 19). Aquando da realização do Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego Angola (IDREA), em 2018, a população jovem no país abrangia 9 785 069 indivíduos, cerca de 32,4% da população total residente (INE, 2020, p. 17). Este grupo era dividido em 51,5% do sexo feminino e 48,5% masculino (INE, 2020, p. 17). Geograficamente, esta estava mais representada na capital, com 29,4% da população jovem total, e menos na província do Bengo, com apenas 1,5% da população juvenil do país (INE, 2020, p. 17).

O INE salienta a importância da problemática da situação da juventude, primeiramente porque esta é uma fase crucial na vida dos indivíduos, mas também porque os jovens são “um factor fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade, particularmente Angola, que é uma sociedade em vias de desenvolvimento e como já foi referido, cuja população é maioritariamente jovem” (INE, 2020b, p. 19).

A juventude em Angola apresenta características específicas, consequências do contexto apresentado anteriormente. Em geral, prevalece a pobreza e a desigualdade em diversas facetas, de acordo com o nível de rendimento, a origem, o meio social, a zona de residência e o nível de escolaridade (INE, 2020b, p. 37). A desigualdade económica é uma preocupação pois tem efeitos sob a capacidade dos jovens de aceder a recursos financeiros, serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento económico.

A questão da educação é primordial, uma vez que “o perfil da educação, numa sociedade, reflecte e reproduz as desigualdades socioeconómicas, regionais e a precariedade das condições de vida e das políticas públicas” (INE, 2020b, p. 37). O investimento na educação da população é primário para que se produza um desenvolvimento sustentável.

Em Angola, em 2018, a taxa de alfabetização foi mais elevada na cidade de Luanda, com 91,5 %, enquanto no Cuanza Sul esta era apenas de 51,2%: 80% entre os 15 e os 24 anos de idade e 74% na faixa dos 25 aos 34 anos (INE, 2020b, p. 38). Quanto à frequência escolar, a percentagem de jovens que não frequentam a escola em todos os grupos etários é de menos de 17% (INE, 2020b, p. 40).

Quanto ao nível de escolaridade, é importante olhar para a percentagem de alunos com níveis de escolaridade avançados, como ensino secundário de 2º ciclo ou ensino superior. Em 2018, na faixa dos 18 aos 19 anos, apenas 31,3% detinha o ensino secundário completo (INE, 2020, p. 88). Entre os 20 e 24, este valor atingiu os 39,7%, enquanto a percentagem que havia concluído o ensino superior era de 7,9%. Na seguinte, dos 25 aos 29, 36,5 detinha o ensino secundário e 11,9 o ensino superior (INE, 2020b, p. 88). Finalmente, entre os 30 e os 40 anos, 33,6% havia concluído o secundário e 12% o ensino superior (INE, 2020b, p. 88).

Os dados mostram que ainda apenas uma reduzida percentagem dos jovens atinge no ensino superior, o que sugere que existam barreiras no sistema educacional que dificultam a continuidade dos estudos. Apesar de haver uma evolução nestes dados, ainda é necessário reavaliar o sistema educacional e os mecanismos de acesso ao mesmo: “necessidade de um

sério e profundo trabalho na educação, visando o reforço da formação académica, da formação profissional, do cultivo de valores positivos para a construção de uma sociedade mais coesa e voltada para a construção da harmonia social e do progresso” (INE, 2020, p. 20)

A difícil inserção dos jovens no mercado de trabalho do país é um tema mencionado de forma recorrente, e é também um dos principais temas que preocupa o governo (INE, 2020b, p. 20). Apesar do aumento do número de jovens que possuem habilidades e competências profissionais, o “o grau de absorção ao emprego não tem ocorrido na mesma proporção pelo que a necessidade de se criarem mais incentivos em relação as políticas em torno do empreendedorismo e outras para que a absorção ao mercado de trabalho seja um facto para os jovens” (INE, 2020b, p. 47).

Os dados relativos à taxa de atividade mostram uma relação entre o nível de escolaridade e a taxa de atividade, sendo que a taxa de atividade dos jovens que frequentaram o ensino secundário ou mais foi de 93,8% enquanto a de quem não tem nenhum nível de escolaridade foi 83,4% e somente o ensino primário foi 88,6% (INE, 2020b, p. 50).

Sobre a taxa de emprego, os jovens no grupo etário entre os 25 e os 34 anos apresentaram maior taxa de emprego, com 71,2%, em oposição aos jovens dos 15 aos 24 anos, que apresentaram apenas 37,7% (INE, 2020b, p. 51). A atividade económica predominante é a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (INE, 2020b, p. 52). Nota-se que no grupo dos 15 aos 24 anos, apesar da baixa taxa de emprego, 2 147 537 encontravam-se a estudar ou a participar de formações profissionais (INE, 2020b, p. 53).

Os dados apresentados no IDREA mostram que apesar de se ter reconhecido esforços em prol do crescimento económico sustentado e inclusivo, ainda se tem muito a fazer pela garantia de emprego decente e pleno para todos (INE, 2020b, p. 57). O mercado de trabalho angolano continua a enfrentar desafios significativos, especialmente para os jovens, com altas taxas de desemprego. A falta de oportunidades de emprego formal tem levado a que muitos jovens busquem trabalho no setor informal, onde as condições de trabalho são geralmente precárias e os salários baixos.

O direito à habitação é também uma problemática central, uma vez que o acesso a casa própria é uma forma de providenciar aos jovens independência e responsabilidade (INE, 2020b, p. 59). No entanto, em Angola, existem diversos condicionalismos que dificultam o acesso à habitação própria. Na maior parte dos casos, este é um direito reservado a quem tenha uma alta

capacidade financeira ou para quem tem conhecimentos dentro do governo (Tchalyongo, 2020). Mesmo aquando da criação de projetos habitacionais estatais com acesso mediante concurso público, a má gestão dos mesmos leva a insatisfação da população (Tchalyongo, 2020).

O saneamento básico e o acesso a água potável são temas também bastante abordados, uma vez que Angola tem uma das piores classificações no que toca a este tópico (Rede Angola, 2016). Um saneamento básico de qualidade é uma das soluções mais fáceis e eficazes para evitar o desenvolvimento de diversas doenças que afetam o país: para isto, é necessário o “desenvolvimento de medidas de escoamento dos resíduos das cidades, com sistemas de coleta de resíduos sólidos, tratamento de água, drenagem de água e sistemas de rede de esgoto sanitário” (Palanca, 2020). Quanto à água, grande parte do abastecimento à população é feito através de chafarizes, compra de água na rua ou distribuição por carros cisterna, o que não supre de forma suficiente a necessidade dos angolanos (Pereira, 2011, p. 78). Existe uma insuficiência na qualidade da água disponível e preços elevados para as camadas mais vulneráveis da população (Pereira, 2011, p. 80).

A questão da segurança pública é também relevante, uma vez que cerca de 40% dos jovens na faixa etária dos 25 aos 34 anos de idade e 36,8% dos jovens na faixa etária dos 15 e os 24 anos de idade, consideram a sua área de residência perigosa e/ou insegura (INE, 2020b, p. 18). Quanto às causas do aumento da delinquência, assume-se como principal fator o desemprego na população juvenil (INE, 2020b, p. 75). Da população jovem, cerca de 10% tinha sido vítima de algum crime nos 12 meses que antecederam o inquérito (INE 2020b, p. 77).

A própria delinquência juvenil em Angola é um tópico a abordar, uma vez que uma grande parte dos crimes registados no país são cometidos por jovens (Da Costa et al., 2022, p. 38): especialmente casos de furtos, roubos, crimes contra a autodeterminação sexual, ofensas corporais e homicídios. A ausência de oportunidades sentida pelos jovens tem muitas vezes como consequência a descredibilização e perda de confiança nas instituições estatais (Da Costa et al., 2022, p. 39). Esta descredibilização associada à marginalização da juventude faz com que estes procurem meios de desafiar a ordem social em vigor (Da Costa et al., 2022, p. 39). Sabendo que a desigualdade social, a pobreza, o desemprego e a baixa qualidade de educação levam ao aumento alastrado da criminalidade, é essencial que além de se combater a delinquência juvenil, se criem mecanismos de prevenção da mesma (Da Costa et al., 2022, p. 39).

Muitos jovens angolanos enfrentam também desafios no acesso a serviços de saúde de qualidade, nomeadamente de cuidados básicos de saúde, tratamento de doenças e serviços de saúde sexual e reprodutiva, o que afeta de forma direta a qualidade de vida e bem-estar dos jovens em Angola (UNFPA Angola, 2016). Salienta-se a saúde sexual e reprodutiva, uma vez que no país a prevalência de uso de contraceptivos modernos é somente de 12%, enquanto o início da vida sexual se dá por volta dos 13 anos (Cutaia et al., 2017).

A liberdade de participação política e cívica dos jovens é também em várias instâncias limitada, devido a barreiras institucionais, oportunidades limitadas de envolvimento cívico e falta de representação (Human Rights Watch, 2016). Há um sentimento geral de que as vozes dos jovens não são ouvidas e que não têm capacidade de influência nas decisões políticas e sociais que os afetam (Human Rights Watch, 2016). Apesar disto, os jovens têm sido cada vez mais ativos, invocando por melhores condições de vida, educação de qualidade, democracia, distribuição de rendimentos, liberdade e igualdade.

A caracterização da juventude angolana revela um grupo com bastante potencial, mas que enfrenta desafios significativos em diferentes vertentes, tendo em conta também as especificidades do contexto de Angola. A análise de dados demográficos, educacionais e socioeconómicos destaca a necessidade urgente de intervir de forma eficaz para abordar questões como o desemprego, o acesso a educação, a insuficiência de oportunidades económicas, entre outras. É fundamental que políticas públicas inclusivas que respondem de forma concreta às suas necessidades específicas e promovam um ambiente propício ao seu crescimento e desenvolvimento sejam implementadas.

4.2. Instituições Governamentais para a Juventude

No contexto das políticas públicas para a juventude em Angola, é essencial ter conhecimento das instituições governamentais que formulam, implementam e monitorizam tais políticas. Estas instituições têm como objetivo transformar as diretrizes políticas do governo em ações concretas, que respondam às necessidades e objetivos dos jovens do país. Devem também defender os interesses dos jovens na generalidade, promover oportunidades de forma equitativa e potencializar o desenvolvimento desta comunidade.

Entre as principais instituições destaca-se o Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD), o Departamento Ministerial encarregue de elaborar, coordenar, executar e

fiscalizar as políticas do Estado para a juventude e desportos (*Decreto Presidencial no 39/18 de 09 de fevereiro do Presidente da República*, 2018). É o órgão designado para estudar e propor “políticas sectoriais, programa, projectos e outras iniciativas, nos domínios socioeconómico e cultural, visando a solução dos grandes problemas, anseios e perspectivas da Juventude” (*Decreto Presidencial no 39/18 de 09 de fevereiro do Presidente da República*, 2018).

Ao MINJUD “compete, acima de tudo, estabelecer parcerias e sensibilizar outros departamentos ministeriais para que, nas suas políticas e acções, contemplem este grupo da população, com maior destaque para as questões da habitação, da formação e emprego, bem como da cultura” (Governo de Angola, 2018, p. 87). Além disso, é o órgão encarregue de promover a solidariedade e os valores culturais nos jovens, e incentivar comportamentos saudáveis, inclusivos, éticos e participativos na juventude angolana, de forma a potencializar o desenvolvimento económico e social de Angola (Governo de Angola, 2018, p. 87)

O Instituto Angolano da Juventude (IAJ), por sua vez, foi criado em 2014, como uma instituição pública de autonomia administrativa, financeira e patrimonial que tem como objetivo executar as políticas de Estado para a juventude, alinhadas ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude (*Decreto Presidencial no 309/14 de 21 de novembro do Presidente da República*, 2014). De entre as suas quinze atribuições, destacam-se as seguintes (*Decreto Presidencial no 309/14 de 21 de novembro do Presidente da República*, 2014):

- “Assegurar a execução dos planos, programas, projectos e iniciativas do Executivo na Área da Juventude;”
- “Criar mecanismos de estímulo e de apoio a capacidade de iniciativa e ao empreendedorismo dos jovens;”
- “Avaliar e apoiar projectos e iniciativas da juventude nos vários domínios da vida social, económica, política e cultural;”
- “Assegurar a produção e a divulgação da informação juvenil especializada e de programas informativos sobre a problemática da Juventude;”
- “Conceder e propor programas que tenham como objectivo integrar a juventude na economia e na sociedade em geral;”
- “Promover iniciativas que visem a educação e formação dos jovens em todo o País;”
- “Conceder e implementar programas de combate ao crime, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e drogas no seio da juventude;”

Finalmente, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) é uma plataforma que congrega as principais organizações juvenis em Angola, nomeadamente associações da sociedade civil e grupos jovens dos partidos políticos angolanos (Ndomba, 2020). Este tem como único objetivo e papel dinamizar o movimento do associativismo em Angola (Ndomba, 2020).

Em conjunto, estes órgãos desempenham uma função essencial na formulação, implementação e monitorização das políticas voltadas para os jovens em Angola. Estas devem criar um ambiente propício para o desenvolvimento integral da juventude no país, ao promoverem programas de capacitação de inclusão social, empreendedorismo, entre outros. Além disso, estas instituições devem garantir que a opinião dos jovens seja valorizada nos processos de tomada de decisão.

4.3. Critérios de avaliação

Para garantir uma análise completa das políticas públicas voltadas para a juventude, é fundamental em primeira instância estabelecer critérios de avaliação bem definidos e claros. Estes critérios irão permitir uma análise objetiva e sistemática da eficácia e impacto das políticas escolhidas, implementadas entre 2018 e 2022. Critérios bem definidos fornecem uma base para identificar boas práticas, desafios e oferecer recomendações.

Ao longo da pesquisa tornou-se claro a impossibilidade de analisar o impacto concreto das políticas, devido à reduzida informação disponível para a avaliação de dados. Posto isto, há a necessidade de focar a presente análise na *framework* das políticas escolhidas, de modo a obter conclusões detalhadas dos objetivos e da estrutura das mesmas, avaliando a sua robustez, relevância e diretrizes de implementação. Ademais, permite-se assim identificar áreas de ajuste, de modo a oferecer recomendações para a formulação e implementação de políticas futuras. Procura-se contribuir para o desenvolvimento de um programa para a juventude mais eficaz e eficiente, mesmo na ausência de dados de impacto imediatos, e preparar para uma avaliação mais completa e informada no futuro.

O primeiro critério será a contextualização e relevância das políticas, em relação à realidade e necessidades do público-alvo, sobre a pertinência destas em relação às prioridades da juventude angolana. Quanto aos objetivos e metas de cada política, estes serão analisados mediante a sua clareza. Políticas eficazes necessitam de ter objetivos e metas bem definidos,

para que sejam direcionadas e mensuráveis para uma fácil implementação e futura avaliação de impacto.

Deste modo, para analisar os objetivos e metas será utilizado o método SMART, onde se verifica se estes são específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais. Esta é uma abordagem amplamente utilizada em diferentes áreas, como o planeamento de projetos, políticas públicas e administração, devido à sua clareza, simplicidade e aplicabilidade em diversos contextos (Doran, 1981, p. 36). Foi pela primeira vez introduzida em 1981 por George T. Doran num artigo intitulado "*There's a S.M.A.R.T. way to write management's goals and objectives*", para facilitar simultaneamente o planeamento estratégico e a avaliação de resultados, especialmente em programas governamentais, onde é fundamental avaliar o progresso e o impacto (Doran, 1981, p. 35-36).

Será analisada também a relevância dos objetivos quanto às prioridades nacionais e internacionais de desenvolvimento. Busca-se avaliar a concordância com os objetivos estratégicos de Angola e os objetivos internacionais, perante a Estratégia de Longo Prazo (ELP) Angola 2025, a Agenda 2030 da ONU e a Agenda 2063 da UA.

Avaliar a estrutura de implementação das políticas é essencial para determinar a viabilidade das ações definidas, tal como a sua eficiência. Inclui a análise da correta definição dos atores envolvidos na implementação, o estabelecimento de um plano de alocação de recursos e o esclarecimento sobre os mecanismos de governança e de coordenação. Este ponto está diretamente relacionado com a sustentabilidade e continuidade das políticas, a nível financeiro e institucional. Os programas serão considerados sustentáveis se garantirem a continuidade das ações e dos resultados a médio e longo prazo.

Para a participação e equidade, será avaliado o quão inclusiva foi a formulação da política. Primeiramente, se as políticas beneficiaram de forma justa e equitativa todos os segmentos da juventude, especialmente tendo em conta as diferenças geográficas. A participação ativa dos jovens e a atenção à inclusão na definição dos programas é crucial para a eficácia e legitimidade das políticas.

Finalmente, avaliar a existência e qualidade dos sistemas de monitorização e avaliação é essencial uma vez que a existência de um sistema robusto é vital para acompanhar o progresso dos programas e para realizar ajustes quando necessário.

Em último lugar, irei concluir com uma reflexão sobre os possíveis desafios na implementação das políticas e as lições obtidas pela sua implementação. Os desafios enfrentados podem comprometer a eficácia das políticas e dificultar o cumprimento dos objetivos, podendo assim explicar os resultados chegados. Estas reflexões são essenciais para informar a formulação de políticas futuras, de forma que estas sejam mais adaptadas às necessidades da juventude e eficazes na promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável do país.

4.4. Programa de ação 1.1.5: Desenvolvimento Integral da Juventude

A primeira política a analisar na presente dissertação consiste no Programa de ação 1.1.5 Desenvolvimento Integral da Juventude, inserido no PDN 2018-2019. O PDN 2018-2022 foi o segundo exercício de planeamento a médio prazo criado em Angola, com o objetivo central de promover o desenvolvimento socioeconómico e territorial no país. Este foi realizado pelo governo no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento e em seguimento do PND 2013-2017 (Decreto Presidencial no 158/18 de 29 de junho do Presidente da República, 2018).

O Plano parte do reconhecimento do Governo de que o desenvolvimento nacional depende de uma reforma estatal, em prol da “capacitação reforçada do Estado, boa governação, o reforço da democracia e a participação activa dos cidadãos, a descentralização, o desenvolvimento local e a municipalização” (Governo de Angola, 2018, p. 24). Buscou-se adotar um paradigma de gestão por resultados, através da avaliação por princípios transparentes e esclarecidos e pela responsabilização dos atores (Governo de Angola, 2018, p. 24). O intuito foi focar na eficiência dos programas, com procedimentos mais flexíveis e partilha de custos (Governo de Angola, 2018, p. 24).

O PDN 2018-2022 procurou responder a lacunas observadas no PDN anterior, na medida em que: detém uma estrutura interna mais lógica e coesa, dá uma maior prioridade ao setor social, como a saúde e a educação, envolve e apropria em maior escala os Órgãos Setoriais e Provinciais de Planeamento, atribui uma Entidade Responsável pela coordenação da implementação de cada programa e refere os recursos necessários para a implementação do plano (Governo de Angola, 2018, p. 27). Reconhece-se que o PDN anterior foi elaborado de forma demasiado centralizada, com reduzido envolvimento dos órgãos provinciais e setoriais, o que afetou de forma negativa a apropriação pelos atores implementadores (Governo de

Angola, 2018). Criou-se uma abordagem mais flexível e operativa, que permite adaptações ao que se justifica ou não continuar a investir.

Assim, a preparação deste plano vem também em contraste ao anterior. Segundo o Decreto Presidencial no 158/18 de 29 de junho do Presidente da República (2018), este foi planeado e preparado de forma inovadora, através da articulação com os órgãos setoriais e provinciais, de modo a “maximizar a sua apropriação do processo de desenvolvimento nacional”. A colaboração com os setores procurou identificar os desafios nacionais ao desenvolvimento, para que fossem criados programas que respondessem a estes problemas de forma eficiente (Decreto Presidencial no 158/18 de 29 de junho do Presidente da República, 2018). Cada setor interagiu com as províncias e com os atores da sociedade civil e do setor privado relevantes à área de intervenção visada (Decreto Presidencial no 158/18 de 29 de junho do Presidente da República, 2018).

O intuito desta interação, iniciada em Novembro de 2017 entre o Ministério da Economia e Planeamento (MEP) e cada Ministério Sectorial, foi a criação de “programas sectoriais, multi-sectoriais ou transversais, relevantes e complementares entre si, contendo objectivos, metas a alcançar até 2022, acções prioritárias (actividades ou projectos), bem como responsáveis designados, visando concretizar as políticas e os objectivos estratégicos do Plano” (Decreto Presidencial no 158/18 de 29 de junho do Presidente da República, 2018).

Sobre a disponibilidade de recursos financeiros para o período, estes foram calculados em 29 190 mil milhões de kwanzas, sendo 62% a ser alocados a ações correntes e 38% aos Programas de Ação definidos (Governo de Angola, 2018, p. 21). Esperava-se simultaneamente, que o financiamento seria reforçado pelas entidades privadas, com o objetivo de no mínimo ser arrecadado um valor médio anual adicional de 6.878,9 mil milhões de Kwanzas (Governo de Angola, 2018, p. 21).

O PDN 2018-2022 é dividido em 8 eixos estratégicos distintos, expressos na figura seguinte.

Quadro 1

Objetivos e Estrutura do PND 2018-2022 (Governo de Angola, 2018, p. 15-21)

Eixo Estratégico	Prioridades expressas
------------------	-----------------------

Eixo 1: Desenvolvimento Humano e Bem-estar	Melhoria da qualidade de vida, redução da desigualdade e pobreza e promoção do desenvolvimento humano na generalidade
Eixo 2: Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo	Promoção de desenvolvimento económico diversificado e sustentável
Eixo 3: Infraestruturas Necessárias ao Desenvolvimento	Disponibilização de infraestruturas sociais
Eixo 4: Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização	Reforço da democracia
Eixo 5: Desenvolvimento Harmonioso do Território	Desenvolvimento do território
Eixo 6: Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel no contexto Internacional e Regional	Promoção da estabilidade e integridade territorial e da manutenção do papel do país no contexto internacional

Cada eixo é por sua vez dividido em 25 políticas estratégicas. O Eixo I, tal como indicado pelo título, reconhece valoriza a solidariedade entre gerações, a igualdade de género, da educação e aprendizagem, a saúde, a ação social do Estado, o acesso à habitação e o património histórico e cultural (Governo de Angola, 2018, pp. 62-63). Integra assim oito políticas organizadas em 83 programas de ação, que formam a dimensão tática do Plano e são implementados através de projetos e atividades (Governo de Angola, 2018, p. 16). O PDIJ insere-se na política da População, no eixo I (Governo de Angola, 2018, p. 15).

As prioridades definidas envolvem o desenvolvimento local inclusivo através da participação, desenvolvimento de competências e o uso de recursos e novas tecnologias, a proteção dos direitos das crianças, a mobilização dos jovens para a ação positiva e participativa, a promoção do empoderamento da mulher angolana e a melhoria da condição de vida da população em precariedade social (Governo de Angola, 2018, p. 77). Este eixo recebeu em 2018, 9,2% do orçamento anual, em 2019, 10%, em 2020, 11,5%, em 2021, 11,5% e em 2022, 12,3% (Governo de Angola, 2018, p. 21).

O PDIJ é o único programa especificamente delineado pelo PDN para atender às necessidades dos jovens em Angola, através da promoção de iniciativas que buscam o seu desenvolvimento integral. Com este programa, é possível explorar de forma mais profunda os projetos e políticas direcionados à juventude, bem como refletir sobre como as ações específicas para os jovens se alinham com objetivos mais amplos do PDN. Limitando o escopo a este programa de ação, a dissertação conseguirá fornecer uma análise mais concentrada e formular recomendações mais concretas.

O programa vem num contexto onde cerca de 2/3 da população de Angola tem menos de 25 anos, o que a torna num grupo ativo crucial para o desenvolvimento do país (Governo de Angola, 2018, p. 87). Visa deste modo continuar as ações criadas pelo MINJUD, de modo integrado e transversal, em prol da inserção dos jovens na vida ativa, melhorar a qualidade de vida generalizada e incentivar a sua participação no desenvolvimento social nacional (Governo de Angola, 2018, p. 87). A entidade responsável pelo mesmo é o MINJUD, com o auxílio de outros Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais, do CNJ, entre outros parceiros sociais (Governo de Angola, 2018, p. 88). Busca-se em suma criar mecanismos para apoiar a Juventude para o futuro, para que se tornem cidadãos ativos e participativos (Governo de Angola, 2018, p. 87).

Quadro 2

Objetivos e Metas do Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude (Governo de Angola, 2018, p. 87).

Objetivo	Metas associadas
Objetivo 1: Mobilizar a juventude para comportamentos éticos, saudáveis, inclusivos e participativos no desenvolvimento social e económico de Angola.	<p>Meta 1.1: Existirem 162 associações juvenis e estudantis registadas até 2022.</p> <p>Meta 1.2: Apoiar 90 associações juvenis e estudantis até 2022.</p> <p>Meta 1.3: Ter em funcionamento 4 pousadas de juventude e 1 Parque Regional de Campismo até 2022.</p>

	Meta 1.4: 18 municípios com Centros Comunitários da Juventude em funcionamento até 2022.
Objetivo 2: Aumentar o envolvimento dos jovens nas ações de voluntariado.	Meta 2.1: 8 associações de voluntariado juvenil cadastradas até 2022. Meta 2.2: Apoiar em média 23 projetos de voluntariado juvenil até 2022.

O programa define 14 ações prioritárias, focando-se no fortalecimento do associativismo juvenil e estudantil, a promover a capacidade de intervenção política e social dos jovens, bem como a formação de Líderes Juvenis e o apoio de projetos de desenvolvimento social e comunitário (Governo de Angola, 2018, p. 88). Inclui também a implementação de um Programa de Prevenção de Comportamentos de Risco, o aumento rede de Centros Comunitários da Juventude e a construção de Pousadas da Juventude e Parques de Campismo (Governo de Angola, 2018, p. 88).

Institucionalmente, procura-se dotar o IAJ das competências necessárias, criar o Estatuto do Dirigente Associativo (EDA), para dinamizar as Associações Juvenis e Estudantis, equipar o Observatório da Juventude Angolana para realizar estudos regulares sobre a situação dos jovens (Governo de Angola, 2018, p. 88). A nível mais abrangente, incluem desenvolver projetos de saúde sexual e reprodutiva, facilitar o acesso à Autoconstrução Dirigida, financiar um programa de crédito para habitação e criar mecanismos de apoio para jovens e famílias em situação de desemprego ou em falta de alternativas de vida (Governo de Angola, 2018, p. 88).

Apesar de se ter decidido focar a análise no PDIJ, é importante salientar que várias das políticas estratégicas dos outros 5 eixos também afetam de forma direta ou indireta a juventude. Especialmente a Política de Educação e Ensino Superior, a Política de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, a Política da Habitação e a Política de Emprego e Condições de Trabalho (Governo de Angola, 2018).

Quanto ao plano de implementação, o PDN 2018-2022 previa o seguinte quadro macroeconómico.

Quadro 3

Quadro Macroeconómico (Governo de Angola, 2018, p. 14)

Indicador Macroeconómico	Previsão (PDN 2018-2022)
Inflação	Previu-se uma desaceleração para um dígito a partir de 2018, com uma taxa média de 13,86%.
Produtos de Petróleo e Gás Natural	Declínio menos acentuado, até aos 1,490 milhões de barris por dia.
Preço Médio de Exportação do Petróleo Bruto	Ligeira redução, com estabilização em volta dos 56,80 USD/barril.
Crescimento Económico Real	Taxa média de crescimento de 3%, através do crescimento dos setores agrícola, pesca, indústria transformadora, construção, serviços e turismo, associados ao petrolífero.
Investimento Privado	Aumento.
Saldo Externo da Balança de Bens e Serviços	Manutenção positiva do saldo externo.
Despesas Públicas vs. Receita Pública	Redução da despesa pública superior à da receita pública.

Para implementar o plano de forma rigorosa foi estabelecido um Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A) cujo objetivo seria identificar ao longo da implementação “desfasamentos em relação ao planeado e introduzir ajustamentos pontuais ou mudanças de trajetória necessários, de modo a garantir que a implementação produz os resultados desejados, que assegure a sua divulgação junto dos cidadãos e responsabilize os vários intervenientes” (Governo de Angola, 2018, p. 305). Segundo o PDN, tem como base a orientação para os resultados, a melhoria contínua dos processos, responsabilidade e transparência, eficácia viável, desdobramento em cascata e um modelo de Governação claro (Governo de Angola, 2018, p. 305).

O MEP teve também a tarefa de avaliar a possível necessidade de ajustamento nas Ações Prioritárias e nos Programas de Ação, no caso de graves desfasamentos do Quadro Macroeconómico de Referência (Governo de Angola, 2018, p. 305). Quanto aos objetivos do

Programa 1.1.5 especificamente, estes seriam verificados através de Relatórios de Execução do MINJUD.

Após a apresentação dos objetivos delineados pelo PDIJ, é necessário passar a análise do mesmo, segundo os critérios de análise apresentados no subcapítulo anterior.

4.4.1. Análise do Programa Desenvolvimento Integral da Juventude

O PDIJ tem como proposta a inserção dos jovens na vida ativa, melhorar a qualidade de vida do grupo e a sua participação no desenvolvimento social do país (Governo de Angola, 2018, p. 87). Segundo o levantamento das problemáticas vividas pela juventude angolana, destacam-se questões relacionadas com a desigualdade económica, ensino, a difícil inserção no mercado de trabalho, o direito à habitação, o saneamento básico e acesso à água potável, a segurança pública e delinquência juvenil, o acesso a serviço de saúde de qualidade e a livre participação política e cívica.

Posto isto, melhorar a qualidade de vida dos jovens em Angola implica criar um programa completo que procure responder às necessidades evidenciadas. No entanto, os objetivos e metas enunciados no programa limitam-se a questões do associativismo e voluntariado, com metas relacionadas a construir Pousadas de Juventude e Centros Comunitários da Juventude, que, apesar de relevante, não é a área mais urgente a abordar. Seria benéfico para o programa incluir um enfoque mais abrangente, que abarcasse áreas como a educação, saúde e emprego, essenciais para o desenvolvimento integral da juventude e para a promoção de um futuro próspero e sustentável.

Não se nega a importância do associativismo, voluntariado e participação, mas a falta de atenção a questões mais urgentes pode comprometer o impacto na melhoria da qualidade de vida dos jovens e deixar de atender de forma eficiente às necessidades da juventude angolana. Este objetivo deveria vir associado à oferta de oportunidades de educação, de capacitação profissional e desenvolvimento de habilidades por parte do governo. O financiamento do programa poderia ser direcionado também à capacitação dos membros das associações apoiadas, para que estes possuam o conhecimento e instrumentos necessários para potencializar o apoio fornecido dentro de tais associações.

A revisão e ampliação dos objetivos do programa para incluir outras áreas prioritárias iria permitir um impacto mais significativo e prolongado na qualidade de vida dos jovens em Angola, criando uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e equitativo da sociedade angolana na totalidade.

Apesar das ações prioritárias terem um escopo temático mais abrangente que o refletido nos objetivos e metas, como a saúde reprodutiva, o acesso a terrenos infraestruturados e ao crédito bonificado, o programa de crédito para a aquisição de habitação e o apoio para jovens e famílias de jovens sem emprego ou alternativas de vida, estas questões tinham interesse em constar como objetivos principais, sendo que abordam de forma mais direta as problemáticas que afligem a Juventude angolana. Não existindo metas associadas a estas ações, não é possível avaliar o seu progresso e se o programa é bem-sucedido neste âmbito. O plano também poderia responder melhor às necessidades dos jovens e cumprir a promessa de desenvolvimento integral da juventude se as restantes políticas do Plano tivessem um programa direcionada a este grupo.

Assim sendo, os objetivos e metas do programa não são o mais relevantes possível tendo em conta o contexto vivido pela juventude em Angola, no período visado. No entanto, quanto à estrutura e formulação dos objetivos e das metas, é relevante determinar a sua clareza e averiguar se estes atendem aos critérios SMART: Específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais.

Estes são parcialmente específicos uma vez que definem de forma clara as áreas de intervenção, no entanto as ações necessárias para atingir estes objetivos não são detalhadas o suficiente, uma vez que não espelham todos os passos necessários para alcançar os resultados desejados. Ademais, estes não são específicos no sentido em que as ações prioritárias não são abordadas.

As metas associadas são também parcialmente mensuráveis visto que é possível medir o sucesso de forma concreta, com base no número de associações apoiadas, por exemplo, apesar de como referido anteriormente não existirem metas mensuráveis para as ações prioritárias. Excluindo a questão das ações prioritárias, os objetivos são realistas e alcançáveis, desde que os recursos, humanos, financeiros e institucionais, sejam usados corretamente.

A relevância já foi abordada anteriormente, está é limitada por que não aborda de forma abrangente outras temáticas importantes, não cobrindo todas as áreas essenciais para o desenvolvimento integral da juventude. Quanto à temporalidade, o programa apresenta um

prazo definido de implementação até 2022, no entanto existe falta de marcos intermédios para facilitar a monitorização do progresso.

No que refere ao alinhamento do PDN 2018-2022 aos objetivos de desenvolvimento nacionais e internacionais, este afirma estar alinhado à ELP 2025, à Agenda 2063 da UA e à Agenda 2030 da ONU (Governo de Angola, 2018, p. 50).

A nível nacional, o PDN 2018-2022 segue a ELP Angola 2025, Angola um País com Futuro, que visa a transformação estrutural da economia angolana, focando no desenvolvimento sustentável, na redução da dependência do petróleo e na diversificação económica (República de Angola, Ministério do Planeamento, 2007). Definiu uma Política de População a aplicar no país até 2025 e que define os seguintes objetivos específicos para a juventude: elevar a informação e educação dos jovens sobre questões de saúde, higiene e nutrição; aumentar o grau de escolarização dos jovens e promover a formação profissional; e reduzir nos jovens as doenças sexualmente transmissíveis, a delinquência, a toxicodependência e a prostituição (República de Angola, Ministério do Planeamento, 2007, pp. 9-10).

Posto isto, o Programa de Ação 1.1.5 está alinhado com a ELP Angola 2025, mas de forma limitada. O programa não se direciona exclusivamente para os objetivos gerais da ELP, abordando uma questão mais específica que pode contribuir para alcançar certos objetivos mais amplos da estratégia. Promover a participação cívica e inclusão social dos jovens possibilita a construção de uma sociedade mais resiliente, equitativa e sustentável, o que contribui para os objetivos gerais de desenvolvimento político e social delineados pela estratégia.

Por sua vez, a nível do desenvolvimento internacional, o Programa afirma estar alinhado com a Agenda 2063 da UA. Esta tem como 6ª aspiração “uma África, onde o desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial do povo Africano, especialmente na mulher e na juventude, e nos cuidados à criança” (Comissão da União Africana, 2013, p. 1). Para esta aspiração foi desenvolvido o objetivo 18, “Jovens e Crianças Envolvidos e Capacitados”, cuja área prioritária, como o nome indica, é a capacitação de jovens e crianças (Comissão da União Africana, 2013, p. 7). Para este efeito, o Plano de Implementação para a Primeira Década - 2014 a 2023 – definiu metas que cada país da UA deve atingir, na área do combate ao desemprego, do empreendedorismo, do ensino superior e formação técnico-profissional e no desenvolvimento de talentos, recreação e lazer (Comissão da União Africana, 2013, pp. 73-74).

O foco do PDIJ em mobilizar os jovens para comportamentos cívicos e participativos através da criação e apoio de associações juvenis tal como aumentar o envolvimento dos jovens em ações de voluntariado está alinhado de forma clara com a Agenda 2063. No entanto, o programa não materializa completamente os seus objetivos uma vez que não aborda nem define metas que respondam à problemática do desemprego, do empreendedorismo e do ensino.

Finalmente, o Programa está alinhado com a Agenda 2030 da ONU visto que este contribui diretamente para alguns dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente aqueles que abordam desenvolvimento social, económico e inclusivo (Organização das Nações Unidas, 2016). Destacam-se os ODS 10, Redução das Desigualdades, e o ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes devido à preocupação do Programa de garantir o acesso igualitário do programa aos jovens e promover a sua participação cívica e empoderamento (Organização das Nações Unidas, 2016).

O Programa apresenta também lacunas sobre os processos de implementação, que não estão definidos de forma clara nos documentos. Sabendo que a alocação, gestão de recursos e o estabelecimento de mecanismos sólidos de governança são essenciais para a eficaz implementação do programa, seria crucial que estes pontos fossem mais bem estruturados.

Os recursos financeiros foram apenas definidos no que concerne aos eixos, não tendo sido alocado um valor concreto ao PDIJ (Governo de Angola, 2018, p. 304). O programa refere os atores envolvidos na implementação da ação, no entanto as tarefas que competem a cada ator não são claras o suficiente. Assim, não foi criada uma estrutura de governança e de coordenação sólida, visto que não foi feita uma definição das responsabilidades.

Sobre a sustentabilidade do PDIJ, é necessário avaliar a capacidade do mesmo de ter impacto ao longo do tempo no público-alvo. Para este efeito, devemos ter em consideração aspetos de carácter social, financeiro e institucional. O programa visado tem capacidade de gerar impacto na juventude angolana a longo-prazo, especialmente se exploradas as Ações Prioritárias. A implementação sustentável do mesmo exige a existência de instituições fortes e capacitadas, nomeadamente nos órgãos governamentais e organizações parceiras. Este menciona as entidades responsáveis, mas falha em definir os moldes desta interação, as responsabilidades de cada entidade.

A continuidade e eficácia do PDIJ depende da disponibilidade de financiamento sustentável, de forma que os objetivos sejam cumpridos. As metas definidas implicam apoio a

um elevado número de associações, projetos e atividades de voluntariado tal como a criação e financiamento de Pousadas do País, o que mobiliza um grande investimento financeiro. Ao longo do PDN é mencionada a preocupação em interagir com os atores privados para o financiamento dos projetos, mas isto não é definido de forma concreta, o que pode ter criado dificuldade em manter as atividades e alcançar os objetivos a longo prazo.

Para analisar o programa mediante a equidade, é necessário avaliar o modo que este aborda as desigualdades sociais e económicas entre os diferentes grupos de jovens do país. Neste sentido, questiona-se o acesso igualitário aos benefícios do programa, o reconhecimento das especificidades associadas aos grupos mais vulneráveis e se existem medidas para promover a inclusão social.

O PDN 2018-2022 procura na generalidade descentralizar as oportunidades de desenvolvimento, levando os recursos e programas para as províncias mais rurais e menos desenvolvidas de forma a reduzir as disparidades regionais. No entanto, apesar de reconhecer a diversidade da juventude angolana, especialmente quanto à questão de género e a localização geográfica, não foram estabelecidos critérios para garantir a aplicação equitativa das medidas.

Tendo em conta que o programa se baseia em promover o associativismo de modo a aumentar a participação, o cuidado para com os grupos sub-representados, como mulheres, jovens portadores de deficiência, em situação de extrema pobreza ou LGBTQ+, deveria ser explícito. A implementação poderá ser desigual, beneficiando jovens em áreas urbanas e com melhores condições de vida, com mais fácil e maior acesso aos benefícios estabelecidos. Posto isto, seria importante criar mecanismos para garantir que os recursos e as oportunidades fossem distribuídos de forma equitativa entre todas as regiões, comunidades e grupos, tal como para monitorar e avaliar a equidade.

Como demonstrado anteriormente, foi criado um sistema de M&A, para acompanhar o progresso dos objetivos e identificar áreas problemáticas que possam necessitar de adaptações ou melhorias. Este sistema M&A é essencial para garantir que o programa permaneça relevante e sustentável a longo prazo através da avaliação contínua e consequentes ajustes necessários, para que os objetivos sejam alcançados dentro do prazo evidenciado.

Ora, não é possível saber se o sistema foi usado ao longo do processo de implementação, uma vez que não foram disponibilizados de forma pública relatórios de acompanhamento. Assim, apesar do PDIJ ter potencial para ser sustentável a longo prazo, houve uma falha em

definir concretamente questões de financiamento, de capacidade institucional e de avaliação intermediária.

É, no entanto, importante notar que a implementação eficiente do PDN também dependia do cumprimento dos pressupostos apresentados no documento, sobre a projeção do quadro macroeconómico angolano. Entre estes assumia-se a redução da inflação, redução da produção do petróleo e gás natural (variação real de -2,0% em média) e o crescimento de outros setores (agricultura, pesca, extração de minérios, indústria transformadora e entre outros) (Governo de Angola, 2018). Apesar de terem sido definidos também os riscos associados às projeções, as adversidades observadas no contexto internacional, e consequentemente no angolano, criaram desafios que podem ter comprometido a implementação do programa.

Angola continuou a enfrentar desafios económicos significativos devido à dependência do petróleo e à volatilidade do seu preço, apesar das várias políticas instauradas em prol da diversificação económica. O potencial que havia sido projetado em áreas como o turismo, a mineração e a agricultura não foi suficiente para fazer face à produção do petróleo (Vaga, 2021). Além disso, neste período o país foi alvo de intensas reformas económicas sob a presidência de João Lourenço, como a liberalização da taxa de câmbio e a entrada em vigor do acordo com FMI em 2018, que apesar de terem trazido alguma estabilidade foram também austeras (Vaga, 2021) A dívida pública, por sua vez, atingiu níveis extremamente elevados, até ultrapassando 100% do Produto Interno Bruto (PIB) em dada altura.

O período de 2018 a 2022 foi assim marcado por incerteza e instabilidade económica, exacerbada pela pandemia de COVID-19, pelo aumento da inflação global generalizada, tensões geopolíticas e a crise de abastecimento de energia (Governo de Angola, 2023). Estes fatores constituíram desafios aos objetivos de desenvolvimento definidos. Torna-se assim impossível olhar para os resultados do programa sem considerar estes fatores, que obrigaram a alterações governamentais (Governo de Angola, 2023).

Em suma, o PDIJ destaca-se como uma das principais iniciativas de promoção do desenvolvimento sustentável da juventude angolana durante o período visado. A análise revela o seu potencial, mas também lacunas e possíveis desafios à sua implementação. Para enfrentar a maximizar o impacto do programa, seria essencial abordar o mesmo de forma colaborativa e integrada, através da garantia de financiamento sustentável, do fortalecimento das capacidades

institucionais, o envolvimento das comunidades abordadas e a implementação de um sistema de avaliação e monitorização eficaz e adaptativo.

4.5. Política Nacional da Juventude

A PNJ, aprovada a 2 de setembro de 2019, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a População, é a última política a analisar (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5556). Esta parte das especificidades inerentes a este grupo social e da conseqüente ideia de que a juventude deve ser protegida pelo Estado, especialmente no que toca ao “acesso aos serviços básicos, emprego, escolaridade e participação na vida pública e política” (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5557).

Insere-se na Constituição República de Angola, ao materializar os direitos sociais, culturais e políticos deste grupo no país, em prol da inserção na vida ativa e da melhoria da qualidade de vida (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5557). Sabendo que a população angolana é relativamente jovem, esta deve ser destinatária de “investimentos adicionais, mediante a concepção de políticas públicas - multi e inter-sectoriais - susceptíveis de atender os mais variados domínios de interesse da juventude” (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5558).

O Plano inicia por reconhecer que o quadro macroeconómico do país desde 2014 tinha vindo a dificultar a inserção económica da juventude, devido à situação de crise (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5558). Vem deste modo em seguimento ao PDN 2018-2022, especialmente do Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude, e do ELB Angola 2025, partilhando dos objetivos desenvolvimentos traçados por estas políticas (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5558).

A PNJ é definida como “um instrumento de coordenação multi e inter-sectorial com vista ao reforço e protecção especial dos direitos dos jovens (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5558). Deve deste modo contribuir para a inserção e participação completa dos jovens nos processos de transformação e de desenvolvimento do país, a nível cultural, social, económico e político (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5558). Tem como missão

criar mecanismos institucionais que visão assegurar a participação da juventude em todos os domínios da sociedade angolana, através materialização e de harmonização de todas as políticas e ações realizadas neste âmbito (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5558).

Para essa missão, são definidos 7 princípios: papel reitor do Estado, participação, interdisciplinaridade, flexibilidade, transversalidade, igualdade e universidade e proximidade (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, pp. 5558-5559). Definem-se também 7 valores alinhados aos princípios, com base na cidadania, na defesa da identidade de Angola, na justiça social e igualdade, na cultura do trabalho, nos direitos humanos, na democracia e suas liberdades e na promoção da cooperação interestatal (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5559).

Posto isto, a PNJ tem como objetivo principal criar um quadro orientador para a adoção de legislação, programas e políticas que visem assegurar que os jovens de Angola tenham acesso à melhor qualidade de vida baseada na habitação condigna, no trabalho digno e na remuneração compatível (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5559). Como objetivos específicos definiram-se os seguintes (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5559):

- a) “Criar mecanismos institucionais que facilite o desenvolvimento integral da juventude com vista a consolidação de uma sociedade mais justa e equilibrada sustentada na plena integração dos jovens;
- b) Desenvolver programas sob a direcção do Estado, com a participação do sector produtivo nacional e estrangeiro, da sociedade civil e dos parceiros de cooperação que visem melhorar a qualidade de vida dos jovens, designadamente ao nível da saúde, formação técnico-profissional, vocacional e habitação;
- c) Promover o envolvimento dos jovens nos grandes objectivos da democracia participativa e do desenvolvimento social;
- d) Criar um quadro institucional adequado para promover e acompanhar as políticas nacionais para a Juventude”.

A política define também os direitos e deveres dos jovens, tal como as obrigações sociais, políticas e económicas do Estado, expresso nas figuras seguintes.

Quadro 4

Direitos e deveres dos jovens (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, pp. 5559-5560)

Direitos dos jovens	Deveres dos jovens
Acesso à educação, cultura e formação profissional.	Garantir o seu próprio desenvolvimento.
Acesso a saúde, assistência médica e medicamentosa, trabalho, segurança social e habitação.	Zelar pela vida familiar e pelo respeito.
Acesso a serviços jurídico-legais, ao aproveitamento dos tempos livres, a prática de educação física e desporto.	Respeitar o Estado de Direito e promover a segurança e unidade nacional e o desenvolvimento nacional.
Proteção contra a exploração, o crime, o consumo de drogas, o abuso sexual e a violência.	Instaurar uma sociedade segura para todos e promover a tolerância e respeito.
Liberdade de expressão, reunião e associação e de participação nos processos de tomada de decisão, liberdade de filiação e ao acesso à informação.	Participar de programas de solidariedade, promover, respeitar e preservar a cultura nacional e proteger o meio ambiente.

Quadro 5

Obrigações Sociais, Políticas e Económicas do Estado (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, pp. 5560-5561)

Sociais	Políticas	Económicas
Desenvolver programas pela melhoria da qualidade de vida dos jovens.	Coordenar as instituições e sociedade civil que intervêm no desenvolvimento da juventude.	Promover o emprego para todos.

Promover políticas e programas que reduzam comportamentos de risco.	Promover a democracia participativa, especialmente nos órgãos de decisão.	Desenvolver projetos por melhores condições socioeconómicas, com atenção a grupos marginalizados.
Incentivar o movimento associativista juvenil.	Incentivar o desenvolvimento de relações de cooperação com outros povos.	Promover o empreendedorismo juvenil.
	Criar um quadro institucional adequado para promover as políticas nacionais da juventude.	Estimular a oferta de programas para concessão de crédito habitacional, do desenvolvimento de pequenas e médias empresas e do acesso ao ensino superior.

A PNJ 7 eixos prioritários: Acesso aos serviços sociais básicos (nomeadamente educação, saúde e habitação); acesso a formação profissional, emprego e empreendedorismo; erradicação da pobreza e integração socioeconómica dos jovens; participação e representação na vida política e pública; tempos livres, educação física e desportos; acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação; e segurança pública e cidadania (*Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5561*).

Quadro 6

Eixos Prioritários e Objetivos (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5561-5562)

Eixos Prioritários	Objetivo
Acesso aos serviços sociais básicos.	Reforçar mecanismos e estruturas educacionais e formativas, garantir o acesso básico de saúde, criar programas de combate a comportamentos de risco e garantir o acesso a serviços básicos.

<p>Acesso a formação profissional, emprego e empreendedorismo.</p>	<p>Garantir o acesso a programa de estágios profissionais e a programas de crédito bonificado para garantir o autoemprego, incentivo ao empreendedorismo e oferta de assessoria técnica e formação para esses empreendedores.</p>
<p>Erradicação da pobreza e integração socioeconómica dos jovens.</p>	<p>Implementar programas de formação profissional e de promoção de emprego e empreendedorismo, assegurar o acesso dos jovens ao crédito para pequenos negócios, promover a criação de incubadoras de negócios, implementar programas de estágios profissionais, apoiar a reinserção de jovens com necessidades específicas, facilitar o acesso à autoconstrução e financiar crédito para habitação.</p>
<p>Participação e representação na vida política e pública.</p>	<p>Promover a maior participação e representação política dos jovens nos níveis de decisão, fortalecer o associativismo juvenil e estudantil, desenvolver a capacidade organizativa e de intervenção política. Inclui formação de líderes juvenis, criação do Estatuto do Dirigente Associativo, incentivos a projetos de desenvolvimento social e comunitários.</p>
<p>Tempos livres, educação física e desportos.</p>	<p>Intensificar programas de educação física e desporto, criar condições para a prática do desporto como forma de melhorar a qualidade de vida, promover a mobilidade juvenil com infraestruturas adequadas, apoiar festivais e campos de férias de estudantes e organizações juvenis, e criar espaços saudáveis para a ocupação dos tempos livres.</p>
<p>Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação.</p>	<p>Promover a inclusão digital, dinamizar programas de formação e qualificação nas tecnologias de informação e comunicação, estimular a participação em associações juvenis e em programas de educação e qualificação nesse domínio, implementar praças digitais para jovens, e disseminar mediatecas por todo o país</p>

Segurança pública e cidadania.	Promover o patriotismo, solidariedade, voluntariado e combate aos males sociais, combater a criminalidade e delinquência juvenil, promover a educação cívica, eleitoral e para a prevenção de acidentes rodoviários, promover o associativismo juvenil e a ocupação dos tempos livres.
--------------------------------	--

Para garantir a implementação eficaz da Política, foi definido um quadro institucional com 3 vetores de intervenção: mecanismos institucionais para a implementação, financiamento-recursos e monitorização e avaliação. A coordenação central da PNJ é feita pelo MINJUD, com uma parceira ativa dos demais Departamentos Ministeriais e instituições associadas, desdobrando-se por sua vez a níveis central, provincial, municipal e comunal (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5563). A materialização e operacionalização da mesma é feita pelo INJ, com o apoio do CNJ enquanto órgão de interlocução entre a juventude e o governo (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5563).

Paralelamente à PNJ foi criado um Fundo de Apoio à Juventude, financiado pelo Estado (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5563). Os Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais e Municipais têm também a responsabilidade de alocar recursos específicos do OGE para iniciativas para os jovens (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5563). Para que a PNJ seja aplicada de forma eficiente, deve se assegurar que a gestão e coordenação dos recursos seja feita de forma responsável, especialmente no que refere aos recursos humanos e aos conhecimentos e habilidades necessárias para que estes desenvolvam de forma bem-sucedida a Política (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5563).

Um sistema de M&A eficaz é essencial para acompanhar processos, qualidade, prazos, custos e desempenho dos atores, para se responda a desafios e se reajustar metas à realidade (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5563). Foi necessária assim a adoção de um sistema de recolha, análise e disseminação de dados em colaboração com o INE, que garantia que a entidade responsável pelos assuntos da juventude assegure o seu pleno funcionamento. Inclui o acompanhamento da implementação da PNJ em

três níveis de intervenção, a revisão da política a cada cinco anos para responder às exigências dos jovens, e a M&A e anuais doas ações juvenis, que devem ser apresentadas à Assembleia Nacional (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, pp. 5563-5564).

A PNJ representa deste modo um esforço significativo do governo angolano para responder aos problemas vividos pelos jovens e para explorar as suas potencialidades. Ao procurar criar um quadro de coordenação para todas as políticas e programas no que concerne à juventude, a Política tem a capacidade de assegurar a sua eficiência e eficácia. O enfoque numa variedade de áreas, como a capacitação, desenvolvimento de habilidades e empreendedorismo, é ambicioso, uma vez que envolve transformar a vida dos jovens e, por extensão, o futuro do país em grande escala. Se aplicado de forma comprometida e eficaz, a PNJ pode servir como um catalisador para o desenvolvimento social e econômico e empoderar uma geração de jovens, para o progresso de Angola.

Neste sentido, a análise da PNJ é fundamental para compreender a sustentabilidade das medidas propostas, e a sua possível contribuição para o desenvolvimento da juventude angolana. Busca-se avaliar a *framework* da Política, tendo em conta os objetivos e metas traçados e os possíveis desafios encontrados ao longo do caminho.

4.5.1. Análise da Política Nacional da Juventude

A PNJ visa promover o desenvolvimento dos jovens angolanos, melhorar as suas condições de vida e facilitar a sua integração plena na sociedade ativa. A análise da relevância da política é crucial para entender a sua capacidade de responder às necessidades dos jovens em Angola e de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Primeiramente, é importante entender que a PNJ não é uma política de intervenção nas áreas que aborda. Apesar de mencionar questões como serviços sociais básicos, formação profissional, emprego, erradicação da pobreza, tempos livres, entre outros, a política não estabelece ações nem programas de intervenção em cada uma dessas áreas. Procura criar um quadro de coordenação para todas as políticas e programas no que concerne a juventude, potencializando-as. Isto é de extrema relevância, uma vez que se a legislação e programas para a juventude estiverem coordenados de forma eficiente, haverá maior chance de sucesso e de impacto.

Tem também o cuidado de definir quais são as áreas prioritárias de intervenção para a juventude em Angola, as principais áreas de desenvolvimento que afetam os jovens no país. Assim, foca no desenvolvimento integral da juventude, para a melhoria da sua qualidade de vida e de modo a maximizar o seu potencial para contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país.

O objetivo geral da PNJ é claro e bem direcionado, pois estabelece uma visão compreensível da intenção de melhorar a condição de vida dos jovens, através da criação de um quadro orientador para a adoção e criação de políticas para a juventude adequadas. Estabelece também os pilares centrais para a uma melhor qualidade de vida: trabalho/emprego digno, remuneração compatível e habitação.

Quanto aos objetivos específicos, os 4 são atingíveis, se usados os recursos de forma eficiente, relevantes e específicos, pois definem a área de intervenção. No entanto, nenhum deles é mensurável, pois não foram definidos os métodos de avaliação de sucesso, nem temporais, pois falta a criação de um prazo para a implementação de cada um deles.

Para cada eixo prioritário da PNJ foram definidas metas, que permitem entender o necessário para atingir cada um dos objetivos. Apesar de auxiliarem nesse sentido, os eixos prioritários necessitavam de metas mensuráveis e temporais, para que se medisse o seu cumprimento. Estes pontos trazem clareza aos eixos prioritários, mas sem indicadores mensuráveis e prazos específicos torna-se difícil monitorizar e avaliar o progresso real. Ademais, a ausência de tais critérios dificulta a realização de ajustes nas estratégias implementadas.

Sobre a concordância aos objetivos nacionais e internacionais de desenvolvimento, consideram-se as referências usadas anteriormente: a ELP Angola 2025, a Agenda 2063 da UA e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Conforme discutido, a principal orientação para o desenvolvimento nacional é a ELP Angola 2025. A PNJ reflete o seu objetivo de transformar Angola num país moderno e próspero, com uma sociedade mais inclusiva e justa ao promover o desenvolvimento integral da juventude, ao focar na educação e na formação-técnico-profissional e ao procurar envolver os jovens em processos democráticos (República de Angola, Ministério do Planeamento, 2007, pp. 9-10).

A nível internacional, a PNJ está alinhada ao Objetivo 18 da Agenda 2063 da UA, que busca capacitar jovens e crianças (Comissão da União Africana, 2013, p. 7). O foco em implementar programas que visam melhorar a qualidade de vida dos jovens através da educação, da habitação e da saúde está diretamente refletido no Objetivo 18 (Comissão da União Africana, 2013, p. 7). Os objetivos da PNJ estão também incluídos em vários dos ODS, como o ODS 4, Educação de Qualidade, o ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Económico, e o ODS 10, Redução de Desigualdades (Organização das Nações Unidas, 2016).

A PNJ sucede em definir uma estrutura robusta de implementação, no que toca ao definir os atores e mecanismos de governança e de coordenação. Sabendo que esta vai ser usada como instrumento transversal de orientação, para o setor público, privado e civil, é crucial fomentar a articulação dos atores a nível central, local, municipal e provincial. São assim definidas as instituições responsáveis pela coordenação da PNJ, pela sua materialização e pela interação do governo com a Juventude, e o papel e responsabilidades de cada instituição.

Sobre o financiamento e recursos, a PNJ define os órgãos encarregues de alocar recursos para o financiamento de iniciativas e programas para os jovens. No entanto, era benéfico que fosse definido um orçamento específico destinado a essas iniciativas, por parte de cada instituição. A transparência na alocação dos recursos e o estabelecimento de expectativas de alocação de orçamento seria crucial para garantir que os recursos sejam usados de forma eficiente.

Analisar a sustentabilidade e continuidade da PNJ implica considerar os aspetos que podem influenciar a sua eficácia a médio e longo prazo. A PNJ tem uma base sólida para ser sustentável, uma vez que existe compromisso político contínuo por parte do governo pelo seu sucesso, sendo uma prioridade das instituições envolvidas. Além disso, apesar de não ter sido definido de forma concreta os recursos alocados por cada instituição ao cumprimento da PNJ, esta tem um mecanismo robusto de financiamento, por parte do Fundo de Apoio à Juventude, pelos Departamentos Ministeriais e Governos Provinciais e Municipais.

A sua continuidade é assegurada pelo sistema de M&A definido. Consta um acompanhamento da implementação vertical, com 3 níveis de intervenção: a nível de direção da Política, da coordenação e da execução (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5564). Acrescenta-se uma revisão periódica, de 5 em 5 anos, para que esta continue a ser relevante para o seu público-alvo.

A não publicação de relatórios, no entanto, impede o acompanhamento dos processos de implementação, monitorização e avaliação por parte da sociedade civil. A falta de informações detalhadas sobre os resultados e progresso prejudica a confiança do público e dificulta a possível identificação de áreas que necessitam de melhoria. Ademais, a ausência de relatórios públicos limita a capacidade da sociedade civil de participar de forma informada e crítica no debate sobre as políticas públicas para a juventude.

Um dos princípios definidos na PNJ é o princípio da participação, que reconhece a importância de envolver os jovens não apenas como beneficiários, mas também como autores das políticas que os envolvem (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5559). No entanto, não se esclarecerem os mecanismos e moldes dessa participação, o que pode limitar a eficácia da política em refletir de forma completa as aspirações e necessidades dos jovens de Angola.

No que diz respeito à equidade, um dos princípios estabelece também que a PNJ deve ser inclusiva e abrangente (Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República, 2019, p. 5559). Assim, as políticas para a juventude em Angola devem ser concebidas de forma a garantir que todas as camadas da juventude tenham acesso igualitário aos benefícios proporcionados pela política. Busca-se deste modo reduzir as disparidades entre os jovens e promover uma sociedade mais equitativa.

A análise da PNJ revela que esta constitui um marco importante na tentativa de criar políticas e leis que proporcionem melhores condições de vida para os jovens em Angola. Embora tenha estabelecido princípios essenciais para a coordenação das políticas para a juventude, como o compromisso com a inclusão e a participação dos jovens, existem ainda desafios significativos a serem enfrentados. A falta de metas mensuráveis e temporais, a necessidade de maior transparência ao longo da implementação e a reduzida clareza nos mecanismos de participação dos jovens são áreas críticas que requerem remodelação.

Para garantir a sustentabilidade da PNJ é fundamental fortalecer os recursos, os mecanismos de coordenação e a governança. Isto é essencial para facilitar a implementação eficaz das políticas criadas e para potencializar a sua monitorização e avaliação ao longo do tempo. Torna-se claro que a PNJ tem o potencial de ser uma ferramenta transformadora, se forem abordadas as lacunas identificadas durante a análise crítica deste estudo.

V. DISCUSSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Reflexões sobre as Políticas Analisadas

A discussão desta dissertação baseia-se na pergunta de partida “De que forma as políticas públicas para a juventude implementadas em Angola entre 2018 e 2022 procuraram responder aos desafios da juventude e contribuir para o seu desenvolvimento socioeconómico e político?”. Procurou-se verificar se as políticas analisadas responderam às necessidades dos jovens angolanos, examinar a sua estrutura e, assim, identificar os desafios na sua implementação.

A análise do programa 1.1.5 Desenvolvimento Integral da Juventude e da PNJ consta que, embora seja reconhecida a importância dos jovens para o desenvolvimento socioeconómico em Angola e haja interesse em fomentar a sua participação ativa na sociedade, a tradução desse reconhecimento em políticas é limitada. As políticas adotadas entre o período de 2018 a 2022 não têm a capacidade de enfrentar de forma adequada os desafios estruturais que têm vindo a afetar os jovens.

O destaque excessivo dado ao associativismo como principal solução para os desafios da juventude em Angola é uma abordagem restrita. Embora o associativismo seja um mecanismo valioso para a mobilização social, não é uma solução direta para os problemas mais urgentes. Por exemplo, o desemprego não pode ser resolvido apenas através de incentivos ao associativismo, da mesma forma que a carência de oportunidades educativas e de acesso a serviços de saúde de qualidade necessita de medidas estruturais e políticas públicas robustas. Restringir o desenvolvimento da juventude a iniciativas de voluntariado e associativismo não aborda as raízes dos problemas que limitam as oportunidades de vida dos jovens.

Dada a natureza estrutural e sistémica dos problemas identificados, a intervenção do Estado deve ser mais direta e abrangente. Em vez de concentrar-se exclusivamente em mecanismos participativos, deve-se priorizar a resolução das questões fundamentais, pois sem isto a participação dos jovens na sociedade nunca será sustentada. A promoção da participação deve ser acompanhada por políticas que garantam oportunidades reais para que os jovens possam alcançar todo o seu potencial. Assim, o Estado precisa de assegurar não apenas a promoção da participação, mas também a existência das condições necessárias para que essa participação tenha relevância e impacto.

O verdadeiro desenvolvimento integral da juventude passa por enfrentar as disparidades estruturais e capacitar os jovens para que estes possam contribuir de forma sustentável e ativa para o progresso do país. É fundamental ter políticas públicas robustas, que incluam investimentos na saúde, educação e na inserção dos jovens no mercado de trabalho para promover uma sociedade mais justa e equilibrada.

Quanto ao PNJ, este destaca-se por não fornecer um conjunto de medidas, mas por definir um quadro de coordenação para todas políticas que concernem a juventude em Angola, o que é essencial para a coordenação da legislação e dos programas nesta temática. Este define também áreas prioritárias mais completas, integrando várias áreas como a educação, habitação e emprego, que focam na melhoria da qualidade de vida dos jovens no país e que procuram a maximização do seu potencial. Este propõe uma resposta mais robusta aos problemas identificados e que promovem a melhor qualidade de vida dos jovens angolanos, oferecendo então uma visão mais clara e coordenada para o desenvolvimento das políticas públicas juvenis.

No entanto, apesar da definição de objetivos relevantes, este falha em criar uma estrutura eficiente para o efeito. Por exemplo, um dos objetivos centrais definidos é a preocupação com a participação efetiva dos jovens nas fases de elaboração, implementação e monitorização das políticas. No entanto, não se definem os mecanismos que assegurem essa participação, o que faz com que se corra o risco de perpetuar a lacuna entre as políticas públicas e as necessidades reais dos jovens.

Além disso, questões como a falta de transparência na alocação dos recursos e a falta de um sistema de monitorização e de avaliação que permita a prestação de contas faz com que o potencial do PNJ seja posto em causa. Não havendo transparência na distribuição de fundos e na forma como as iniciativas são financiadas, a implementação pode ser comprometida por problemas de má gestão, direcionamento ineficaz dos recursos ou até corrupção. A ausência de prestações de contas dificulta o envolvimento da sociedade civil e de outras partes interessadas, como os parceiros internacionais, na fiscalização e na melhoria contínua do plano.

Estes problemas nas políticas visadas quando associadas a problemas externos como a crise económica generalizada e a crise pandémica limitam o impacto que estas possam ter vindo a ter na melhoria da qualidade de vida dos jovens em Angola. Apesar da importância de reconhecer os aspetos positivo das políticas, o cenário geral permanece aquém do ideal. O efeito

destas iniciativas poderia ser muito mais significativo caso tivesse havido uma estruturação mais eficaz.

Comparando o PDIJ do PDN 2018-2022 com o de 2023-2027 é possível identificar as adaptações do governo tendo em conta os desafios e as oportunidades no novo contexto económico, social e político do país. O PDIJ 2023-2027 tem uma área de intervenção mais abrangente e estruturada em termos do desenvolvimento socioeconómico: as prioridades passam a integrar medidas de saúde sexual e reprodutiva, de emprego, de inclusão digital e de educação e formação profissional (Governo de Angola, 2023, p. 67-68). Mostra-se uma tentativa em fornecer respostas mais robustas aos problemas da juventude em Angola. Houve neste novo PDN também um compromisso maior com a criação de mecanismos de monitorização e transparência para a implementação das políticas, o que surge como uma resposta direta às críticas enfrentadas no plano anterior (Governo de Angola, 2023, p. 67-68).

Em suma, conclui-se que embora as políticas analisadas tenham avançado em termos de reconhecimento dos problemas e de certa forma na definição de objetivos, existe ainda muito que fazer no que concerne a implementação eficiente, a sustentabilidade e a equidade. Reforça-se a necessidade de revisões e de adaptações contínuas de modo que se possa garantir que as políticas futuras respondam às aspirações da juventude angolana e que sejam mais eficazes na generalidade. O PDN 2023-2027 surge como uma boa oportunidade para corrigir as lacunas observadas nos programas anteriores, mas o seu sucesso depende ainda da abordagem usada na sua implementação e da transparente instrumentalização dos mecanismos de implementação, de monitorização e avaliação.

5.2. Recomendações para a Formulação e Implementação de Políticas Futuras

Com base na pesquisa realizada ao longo desta dissertação, no contexto socioeconómico de Angola e nos resultados obtidos na análise das políticas públicas mencionadas, algumas sugestões e recomendações podem ser apresentadas, a aplicar na formulação e implementação de políticas para a juventude futuras. O intuito, com isto, é maximizar o impacto positivo das políticas, garantir uma implementação eficaz e, assim, promover o desenvolvimento integral dos jovens.

Em primeiro lugar, acredito que o fortalecimento da participação juvenil na conceção e implementação das políticas seria benéfico. Uma das principais lacunas observadas nas

políticas analisadas é a falta de mecanismos eficazes para a participação ativa dos jovens nos processos de tomada de decisão. Além de se envolver estes jovens, é importante que os moldes dessa participação sejam bem definidos e transparentes, e que não se cinja à fase inicial: deve haver uma contribuição da juventude em todas as etapas das políticas, na concepção, implementação e avaliação de resultados. Sugere-se a criação de espaços institucionais regulares e acessíveis para que todos os jovens tenham a oportunidade de expressar as suas necessidades, expectativas e opiniões. A implementação de conselhos consultivos juvenis a nível municipal e/ou regional pode ser uma solução viável para incentivar essa participação.

O aperfeiçoamento dos mecanismos de M&A é também crucial, para que se possa acompanhar o progresso e impacto das políticas de forma contínua, uma vez que a ausência de um sistema robusto compromete a eficácia da implementação. Além de robusto, é preciso que este sistema seja transparente e que os dados e relatórios sejam disponibilizados para o público de forma regular, para incentivar a responsabilização e envolvimento da sociedade civil neste processo. Os relatórios poderão ser usados para ajustar e melhorar as políticas, influenciar as políticas seguintes e também influenciar o meio académico sobre esta temática. Recomenda-se a criação de um órgão independente cuja função seja acompanhar o progresso das políticas, assegurar a transparência e o cumprimento das metas estabelecidas.

Quanto aos temas abordados nas políticas, recomenda-se um foco em áreas mais basilares do desenvolvimento juvenil, e que essas áreas e objetivos sejam refletidos nos programas, medidas e metas associadas às políticas. Nas políticas mais recentes, como o PDIJ do PNJ 2023-2027, já se menciona a importância de criar programas de empregabilidade, de estágios e de empreendedorismo mais concreto, através de parcerias com o setor privado, o que poderá facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, ainda falta a associação de metas SMART a esses objetivos: é necessário definir prazos e valores a atingir durante o período de implementação dos programas, para que se possa medir o sucesso das ações.

No investimento em educação e capacitação, deve-se focar na formação técnico-profissional e no ensino superior para que os jovens estejam capacitados aquando da entrada no mercado de trabalho, fator essencial para o desenvolvimento do potencial dos jovens. Deve-se aumentar o investimento em programas de educação, especialmente fora da capital, através de programas que aloquem o orçamento estatal à criação de escolas, universidades e institutos e à

formação de professores para esses estabelecimentos. Associa-se também a expansão de bolsas de estudos, particularmente para o ensino superior, e o incentivo a programas de intercâmbio.

Finalmente, é essencial garantir que as políticas sejam inclusivas e equitativas, que atendam às necessidades de jovens de diferentes contextos para que se promova a igualdade de oportunidades e se combata todas as formas de discriminação. Para construir uma sociedade mais inclusiva, as políticas públicas têm de ser desenhadas considerando as barreiras enfrentadas por grupos marginalizados, nomeadamente mulheres, pessoas em regiões desfavorecidas e jovens portadores de deficiência. O foco na igualdade de género, equilíbrio territorial e acessibilidade contribui para um cenário onde todos têm a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de Angola.

VI. CONCLUSÃO

Esta investigação como objetivo principal analisar as políticas de juventude em Angola, particularmente o PDIJ do PDN 2018-2022 e a PNJ. Desta análise procurou-se responder à seguinte pergunta de partida: “De que forma as políticas públicas para a juventude implementadas em Angola entre 2018 e 2022 procuraram responder aos desafios da juventude e contribuir para o seu desenvolvimento socioeconómico e político?”. A pesquisa dividiu-se de modo a cumprir 3 objetivos complementares.

O primeiro objetivo passa por analisar se as políticas foram desenvolvidas considerando as perspetivas e necessidades reais dos jovens angolanos. Constatou-se que as principais políticas direcionadas à juventude em Angola neste período fizeram um correto levantamento dos principais desafios enfrentados pelos jovens no país, como o desemprego, a falta de acesso à educação e formação profissional de qualidade, a marginalização social e a limitada participação nos processos políticos. Apesar disto, este reconhecimento dos problemas não foi refletido nas políticas visadas, visto que houve uma lacuna significativa entre o reconhecimento dos problemas e a implementação de soluções eficazes. Houve neste período um enfoque excessivo no associativismo e na criação de mecanismos participativos e não em soluções que consigam fazer face à natureza estrutural e sistémica dos problemas identificados. Posto isto, conclui-se que mesmo tendo as políticas considerado as necessidades reais dos angolanos, as medidas criadas não têm conseguido capacitar os jovens e criar os mecanismos necessários para fazer face às disparidades estruturais do país.

Responde-se assim ao segundo objetivo, que envolve identificar e analisar os desafios e obstáculos enfrentados na implementação das políticas para a juventude e as suas causas. Concluiu-se que as soluções adotadas nas políticas, especialmente no PDIJ, não proporcionaram uma resposta robusta para questões como o desemprego, que requerem políticas de longo prazo e intervenção e investimento estatal em setores estratégicos. A criação de parques de campismo, financiamento de associações e estabelecimento de mecanismos de participação por si só não fomentam o desenvolvimento socioeconómico de Angola.

Além disso, as políticas tiveram dificuldade em tratar as profundas desigualdades regionais e socioeconómicas do país, que afetam de forma direta a juventude em áreas rurais e menos desenvolvidas. A concentração de investimentos e iniciativas em áreas mais urbanizadas tem vindo apenas a exacerbar as disparidades no desenvolvimento da juventude em diferentes

partes do país. As disparidades estruturais do país, em termos de inclusão de grupos marginalizados e de desenvolvimento regional, continuam a ser desafios não resolvidos. Embora as políticas tenham enunciado a importância de promover a equidade, os esforços e mecanismos definidos não foram abrangentes nem claros o suficiente para combater as barreiras que dificultam o igual acesso de oportunidades no país.

Foi deste modo possível cumprir o terceiro objetivo, de com base nas informações obtidas tecer recomendações para a criação de futuras políticas mais eficientes. Verifica-se que, a nível temático, as políticas devem passar a centralizar-se em temas que abordem os problemas estruturais observados em Angola. Ao se focar na capacitação técnica e profissional dos jovens, na criação de emprego jovem, na promoção do empreendedorismo e na melhoria da oferta e acesso à educação e formação é possível promover um desenvolvimento mais sustentável. Investindo-se nessas áreas, o governo consegue criar condições que permitam os jovens aceder ao mercado de trabalho de forma mais competitiva. Deve também haver um cuidado com a inclusão social e regional em prol do equilíbrio territorial e da igualdade e o fortalecimento da participação política eficaz, com vinculação a programas que empoderam os jovens. Adicionalmente, os mecanismos de M&A implementados devem ser aperfeiçoados, focando na transparência, no acompanhamento contínuo e na responsabilização estatal e da sociedade civil.

A investigação permitiu deste modo responder à pergunta de partida ao mostrar que, embora as políticas para a juventude em Angola entre 2018 e 2022 tenham conseguido retratar corretamente a realidade dos jovens, tendo em conta os principais desafios enfrentados como o desemprego, falta de acesso a educação de qualidade e a marginalização social, as soluções propostas através das medidas mostraram-se insuficientes para lidar com a natureza estrutural desses desafios. Não foram tomadas medidas mais substanciais e abrangentes que têm capacidade para efetivamente transformar a situação socioeconómica dos jovens em Angola. Deste modo, conclui-se que, embora as políticas tenham conseguido reconhecer as necessidades reais, estas falharam em proporcionar as oportunidades e os mecanismos necessários para capacitar os jovens e para superar as desigualdades evidenciadas, de forma a desenvolver o seu potencial de forma plena.

Estas conclusões são relevantes para a pesquisa sobre políticas públicas para a juventude e desenvolvimento socioeconómico em países em vias de desenvolvimento, particularmente em Angola. Este campo de estudo investiga o modo como os governos lidam com as dificuldades

enfrentadas por grupos marginalizados, especialmente os jovens, e como essas políticas afetam o desenvolvimento social, económico e político dos países.

No contexto angolano, a pesquisa está alinhada com estudos sobre temáticas como educação, formação profissional, saúde sexual e reprodutiva, desemprego juvenil, inclusão social, associativismo e participação política. Contribui para este campo ao fornecer uma análise crítica das políticas implementadas de 2018 a 2022, enfatizando as limitações observadas e oferecendo sugestões para melhorias. Amplia a discussão sobre a eficiência das políticas implementadas em Angola e as lacunas na intervenção do governo neste período.

Ao revisitar as políticas públicas que foram implementadas recentemente, ao avaliar o seu impacto no desenvolvimento juvenil, ao contribuir para o reconhecimento dos desafios específicos aos jovens em Angola e ao oferecer recomendações baseadas em evidências para futuras pesquisas e políticas mais eficazes, permite-se o aumento do conhecimento sobre esta área de estudos e incentiva-se novas abordagens, concretamente no que consta à criação de políticas mais focadas nas reais necessidades dos jovens e na situação estrutural do país.

A metodologia adotada neste estudo concentrou-se em análise documental, com destaque para a revisão de políticas públicas, relatórios governamentais e de organizações internacionais, bem como de artigos científicos sobre a temática. A análise detalhada de documentos oficiais, incluindo as políticas em si, permitiu uma avaliação criteriosa das mesmas, o que oferece uma base sólida para entender as metas e diretrizes que o governo estabeleceu. Além disso, facilitou a identificação de lacunas e de incoerências nas políticas implementadas. Ao incorporar essas dimensões à análise, a metodologia permitiu também considerar o contexto de Angola. Melhorou assim a interpretação das informações e trouxe um maior entendimento das políticas e do seu possível impacto.

No entanto, é crucial identificar as limitações da metodologia, bem como do estudo e questão. A ausência de dados primários, como entrevistas com jovens ou especialistas em políticas públicas é a principal limitação desta metodologia. A ausência de opiniões diretas dos jovens angolanos limitou a compreensão das suas perceções sobre as políticas visadas e do impacto concreto das mesmas nas suas vidas. Ao se basear somente em fontes secundárias e documentos oficiais, o estudo pode ter dado uma visão mais institucional e não refletir de forma completa as realidades e necessidades de todos os jovens, especialmente aqueles que se encontram em áreas mais vulneráveis ou de difícil acesso.

A abordagem empregada limitou-se à análise das propostas e objetivos, não possibilitou uma avaliação empírica e direta do impacto das políticas. Isto deveu-se à ausência de indicadores quantitativos ou de dados resultantes de avaliações de desempenho. Foi feito o contacto com as instituições governamentais responsáveis pela publicação destas informações, no entanto a ausência de resposta fez com que a análise do sucesso ou fracasso das medidas tivesse sido limitada.

Apesar destas limitações, o estudo oferece uma importante contribuição ao campo de pesquisa sobre políticas para a juventude no contexto angolano. Fornece também um panorama claro dos desafios enfrentados pelos jovens e da eficácia das políticas a responder aos mesmos. Pode assim servir como linha de base para investigações futuras para avaliar a evolução das políticas públicas para a juventude em Angola. A análise deste período pode ser comparada com ciclos posteriores de políticas públicas, possibilitando o estudo de evolução, melhorias ou falhas nas abordagens do governo em relação à juventude. O estudo revela uma necessidade de mudança de enfoque nas políticas e futuras pesquisas poderão aprofundar as lacunas evidenciadas e analisar como políticas mais centradas em empregabilidade, educação e empreendedorismo poderiam ter efeitos mais tangíveis. Será também interessante comparar este estudo com investigações sobre políticas de juventude em outros países da África Subsaariana ou dos países em desenvolvimento, de forma a explorar como diferentes abordagens e contextos influenciam o desenvolvimento da juventude.

Para complementar os resultados deste estudo, futuras investigações podem recorrer a metodologias empíricas, como entrevistas, questionários ou grupos focais, de forma a permitir um envolvimento direto com os jovens angolanos sobre as suas perceções sobre as políticas públicas e as soluções que consideram mais adequadas. Além disso, seria relevante explorar como as políticas afetam jovens em diferentes áreas do país, de forma a ajudar a desenvolver políticas mais segmentadas e eficazes. O objetivo final desta investigação é, nesse sentido, permitir num futuro próximo uma pesquisa de terreno com metodologia empírica, para aprofundar os resultados obtidos nesta dissertação.

Referências Bibliográficas

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão. (2022, junho). *Papel dos Jovens na construção de uma sociedade segura, coesa e harmoniosa na Europa*. <https://www.adcoesao.pt/papel-dos-jovens-na-construcao-de-uma-sociedade-segura-coesa-e-harmoniosa-na-europa/>
- Agum, R., Riscado, P., & Menezes, M. (2015). Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Agenda Política*, 3(2), 12–42.
- Ball, J. (2017). The History of Angola. *Oxford Research Encyclopedia of African History*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.180>
- Bittencourt, M. (1997, agosto 4-9). *A História Contemporânea de Angola: Seus achados e suas armadilhas* [Sessão de seminário]. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Luanda, 161–185. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4535692/mod_resource/content/1/hist%20angola%20cont.pdf
- Blum, R. W. (2007). Youth in Sub-Saharan Africa. *Journal of Adolescent Health*, 41(3), 230–238. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2007.04.005>
- Bucholtz, M. (2002). Youth and cultural practice. *Annual Review of Anthropology*, 31(1), 525–552. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085443>
- Cammaerts, B., Bruter, M., Banaji, S., Harrison, S., & Anstead, N. (2014). The Myth of Youth Apathy: Young Europeans' Critical Attitudes Toward Democratic Life. *American Behavioral Scientist*, 58(5), 645–664. <https://doi.org/10.1177/0002764213515992>
- Comissão da União Africana. (2013). *Agenda 2063 – Plano de Implementação para a Primeira Década 2014-2023*. https://au.int/sites/default/files/pages/33794-file-agenda_2063_portuguese_final_revised_first_ten_year_implementation_plan_12_10_15_portuguese.pdf
- Conner, J., Ober, C. N., & Brown, A. (2016). The Politics of Paternalism: Adult and Youth Perspectives on Youth Voice in Public Policy. *Teachers College Record*, 118(8), 1–48. <https://doi.org/10.1177/016146811611800805>
- Constituição da República de Angola, de acordo com a Lei Constitucional n.º 1/2020 de 21 de Janeiro, 2020.

- Cutaia, S., Sebastião, P., Quitombe, C., Santana, M., & Ludovice, S. (2017). Entendendo Direitos Sexuais e Reprodutivos. *Ondjango Feminista*.
- Da Costa, M. G., Kapiki, E. T., Kassoma, A. J. D. J., & Da Costa Afonso, A. (2022). A Delinquência Juvenil em Angola: Um Olhar para Educação, Desigualdades Sociais e Económicas dos Jovens, Caso do Município do Bailundo. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 8(2), 37–61. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i2.4105>
- Das Gupta, M., Engelman, R., Levy, J., Luchsinger, G., Merrick, T., & Rosen, J. (2014). State of world population 2014: The power of 1.8 billion. Adolescents youth and the transformation of the future. Em *UNFPA*. https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/EN-SWOP14-Report_FINAL-web.pdf
- De Carvalho, C. (2023, Dezembro 29). *OGE 2024: E se não tivéssemos petróleo?* Retrieved May 8, 2024, from <https://www.economiaemercado.co.ao/artigo/oge-2024-e-se-nao-tivéssemos-petroleo>
- De Faria, M. (2010). *Juventude, Associativismo e Participação: um estudo das associações juvenis do Distrito do Porto* [MA thesis]. Universidade do Minho.
- De Oliveira, R. C. (2018). O Processo de Construção da Juventude como Categoria Social: Notas sobre o Reconhecimento dos Jovens como Sujeitos de Direitos. *Anais Do XVI Encontro Nacional De Pesquisadores Em Serviço Social*, 16(1). <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22701>
- Decreto Presidencial no 158/18 de 29 de junho do Presidente da República*. Diário da República: I série, No 94 (2018). Recuperado junho 4, 2024, de <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2018/decreto-presidencial-n-o-158-18-de-29-de-junho/#plano-de-desenvolvimento-nacional-2018-2022>
- Decreto Presidencial no 273/19 de 02 de setembro do Presidente da República*. Diário da República: I série, No 114 (2019). Recuperado junho 25, 2024, de <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2019/decreto-presidencial-n-o-273-19-de-02-de-setembro/>

Decreto Presidencial no 309/14 de 21 de novembro do Presidente da República. Diário da República: I série, No 207 (2014). Recuperado junho 4, 2024, de <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2014/decreto-presidencial-n-o-309-14-de-21-de-novembro/>

Decreto Presidencial no 39/18 de 09 de fevereiro do Presidente da República. Diário da República: I série, No 19 (2018). Recuperado junho 3, 2024, de <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2018/decreto-presidencial-n-o-39-18-de-09-de-fevereiro/#estatuto-org%C3%A2nico-do-minist%C3%A9rio-da-juventude-e-desportos>

Doran, G. T. (1981). There's a S.M.A.R.T. way to write managements's goals and objectives. *Management Review*, 70(11), 35–36. <https://doi.org/info:doi/>

Embaixada da República de Angola em Portugal. (2021, Dezembro 2). *PDN/2018-2022 com execução de 61% no III Trimestre de 2021.* Embaixada Da República De Angola Em Portugal. <http://www.embaixadadeangola.pt/pdn2018-2022-com-execucao-de-61-iii-trimestre-de-2021/>

Filho, A. G., & Da Silva Chimbulo, A. E. (2014). Política Econômica de Angola de 1975 a 2012: A Trajetória da Mudança de Modelos. *Revista De Desenvolvimento Económico*, 1(39), 92. <https://doi.org/10.21452/rde.v16i29.3037>

Gonçalves, J. (2010). A Economia de Angola: Da Independência à Crise Mundial de 2008. *Revista Tempo Do Mundo*, 2(3), 75–92.

Governo de Angola. (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.* VOL 1.

Governo de Angola. (2023). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027: Impacto socioeconómico sustentável.*

Human Rights Watch. (s.d.). *Angola: Eventos de 2017.* Recuperado maio 13, 2024, de <https://www.hrw.org/pt/world-report/country-chapters/angola-1>

IDEA. (2022, Dezembro 5). *Promoting the role of youth in political and democratic spaces.* International. IDEA. <https://www.idea.int/news/promoting-role-youth-political-and-democratic-spaces>

- IMF. (2018). Angola: 2018 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Angola. *IMF Staff Country Reports*, 18(156), 1. <https://doi.org/10.5089/9781484360194.002>
- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Resultados Definitivos: Recenseamento Geral da População e Habitação- 2014* [Dataset]. INE – Divisão de Reprografia. https://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf
- Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola IDREA 2018-2019: Quadros de Resultados – Volume II*. [Dataset]. INE/Departamento de Informação e Difusão/Reprografia.
- Instituto Nacional de Estatística. (2020b). População e Sociedade: Características dos Jovens em Angola (IDREA 2018-2019).
- Kahuria, A. (2023, Agosto 8). *The role of youth in development*. Bond. <https://www.bond.org.uk/news/2023/08/the-role-of-youth-in-development/>
- Mendes Borges, A., & Green, T. (2022). Language, culture and society in postcolonial Angola: introduction. *Journal of the British Academy*, 10(s6), 1–10. <https://doi.org/10.5871/jba/010s6.001>
- Mpungose, L., & Monyae, L. (2018). Carrying Forward the Momentum of the 2017 African Union Year of Youth. *South African Institute of International Affairs (SAIIA)*. <https://www.africaportal.org/publications/carrying-forward-momentum-2017-african-union-year-youth/>
- Nações Unidas. (2019, Outubro 24). *Juventude*. Nações Unidas Portugal. <https://unric.org/pt/juventude/>
- Ndomba, B. (2020, Agosto 28). Novo líder da juventude angolana promete mudanças. *dw.com*. <https://www.dw.com/pt-002/novo-l%C3%ADder-da-juventude-angolana-promete-mudan%C3%A7as/a-54722299#:~:text=O%20CNJ%20%C3%A9%20uma%20plataforma,da%20paz%2C%20unidade%20e%20reconcilia%C3%A7%C3%A3o.>

- Odoh, R. H. E., & Innocent, E. O. (2014). Role of the youths in national development. *Singaporean Journal of Business Economics and Management Studies*, 3(2), 164–181. <https://doi.org/10.12816/0007349>
- OECD. (2007). *Promoting Pro-Poor growth: Policy Guidance for Donors*, DAC Guidelines and Reference Series, OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264024786-en>
- Oliveira, R. S. (2015). *Magnífica e miserável: Angola desde a guerra civil* (1a ed.). Tinta da China.
- Oliveira. (2019, Maio 16). *A crise de 2014*. Lwei Brokers. Recuperado maio 8, 2024, de <https://www.lweibrokers.com/elementor-3592/>
- Organização das Nações Unidas. (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável*. https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf
- Orre, A. (2016, April 8). *Angola from boom to bust – to breaking point*. CMI - Chr. Michelsen Institute. Recuperado maio 7, 2024, de <https://www.cmi.no/news/1671-angola-from-boom-to-bust-to-breaking-point>
- Pais, J. (1990). A Construção Sociológica da Juventude - alguns contributos. *Análise Social* XXV, (105-106), 139-165.
- Pais, J. M. (2009). A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde E Sociedade*, 18(3), 371–381. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902009000300003>
- Palanca, J. A. (2020, Abril 18). *O COVID-19 e a deficiência de saneamento básico em Angola: uma abordagem sobre os resíduos hospitalares*. EcoAngola. Recuperado maio 14, 2024, de <https://ecoangola.com/o-covid-19-e-a-deficiencia-de-saneamento-angola-residuos-hospitalares/>
- Pereira, Á. (2011). Água em Angola: a insustentável fraqueza do sistema institucional. *Revista Angolana De Sociologia*, 8, 63–85. <https://doi.org/10.4000/ras.519>
- Rede Angola. (2016, Setembro 22). *Angola entre os piores quanto a saneamento, acesso a água e combate à malária*. Rede Angola - Notícias Independentes Sobre Angola. Recuperado Maio 14, 2024 de <http://m.redeangola.info/angola-entre-os-piores-quanto-a-saneamento-acesso-a-agua-e-combate-a-malaria/>

- República de Angola, Ministério do Planeamento. (2007, Janeiro). Angola 2025: Angola Um País Com Futuro - Sustentabilidade, Equidade, Modernidade - Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025). <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033818.pdf>
- Santos, E. L., Braga, V., De Oliveira Souza, R. S., & Braga, A. (2012). Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Revista Eletrônica Do Programa De Mestrado Em Desenvolvimento Regional Da Universidade Do Contestado*, 2(1), 44–61. https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1858/1/ART_ElinaldoSantos_2012.pdf
- Singh, M. (2020). The Need for Youth Participation in the Development of Social Integration. *Youth Peace and Development*, 283–294.
- South African History Online. (s.d.). Angola. <https://www.sahistory.org.za/place/angola>
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20–45. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- Stocker, M., Baffes, J., & Vorisek, D. (2018, Janeiro 2018). What triggered the oil price plunge of 2014-2016 and why it failed to deliver an economic impetus in eight charts. *World Bank Blogs*. Recuperado maio 7, 2024, de <https://blogs.worldbank.org/en/developmenttalk/what-triggered-oil-price-plunge-2014-2016-and-why-it-failed-deliver-economic-impetus-eight-charts>
- Tchalyongo, K. (2020, Dezembro 13). Angola: Acesso à habitação dificultado por corrupção, favoritismo e burocracia. *Voice of America*. <https://www.voaportugues.com/a/angola-acesso-%C3%A0-habita%C3%A7%C3%A3o-dificultado-por-corrup%C3%A7%C3%A3o-favoritismo-e-burocracia/5697670.html>
- The Electoral Knowledge Network. (s.d.). *Youth as Agents for Change*. <https://aceproject.org/ace-en/topics/yt/yt10/youth-as-agents-for-change>
- UNFPA Angola. (2016, Setembro 20). *UNFPA e MINJUD reforçam investimentos em prol da Saúde dos Jovens e Adolescentes*. <https://angola.unfpa.org/pt/news/unfpa-e-minjud-refor%C3%A7am-investimentos-em-prol-da-sa%C3%BAde-dos-jovens-e-adolescentes>

- União Africana. (2006). Carta Africana da Juventude. https://au.int/sites/default/files/treaties/7789-treaty-0033 - african_youth_charter_p.pdf
- United Nations. (2018). Youth 2030: The UN Youth Strategy. *United Nations*. https://www.unyouth2030.com/files/ugd/b1d674_9f63445fc59a41b6bb50cbd4f800922b.pdf
- United Nations. (2019). World Youth Report: Youth and the 2030 Agenda for Sustainable Development. *United Nations*. <https://www.un.org/development/desa/youth/wp-content/uploads/sites/21/2018/12/WorldYouthReport-2030Agenda.pdf>
- United Nations. (n.d.). Youth | United Nations. <https://www.un.org/en/global-issues/youth>
- US Agency for Development (s.d.). *Youth Impact*. U.S. Agency For International Development. <https://www.usaid.gov/youthimpact>
- Vaga, N. (2018, Agosto 31). *Economia angolana entrou em 2018 em recessão*. Expansão. <https://expansao.co.ao/angola/interior/economia-angolana-entrou-em-2018-em-recessao-57579.html>
- Vaga, N. (2021, Março 14). *Economia angolana afundou 5,1% em 2020, a maior queda em quatro décadas*. Expansão. <https://www.expansao.co.ao/angola/interior/economia-angolana-afundou-51--em-2020-a-maior-queda-em-quatro-decadas-101294.html>
- Vaz, C. (2015, Novembro 25). *A crise petrolífera e a capacidade de Angola atrair investimento directo estrangeiro*. Expansão. Recuperado maio 7, 2024, de <https://expansao.co.ao/opiniao/interior/a-crise-petrolifera-e-a-capacidade-de-angola-atrair-investimento-directo-estrangeiro-10620.html>
- World Bank. (2024, Abril 4). *Overview*. Recuperado abril 29, 2024, de <https://www.worldbank.org/en/country/angola/overview>